

G  
g  
y  
A  
s  
K  
p  
d  
V  
z  
b  
f  
C  
T  
G  
M  
w

10 anos – 2008  
**T**exto  
para  
D**iscussã**o

29

**Algumas Reflexões sobre a  
Polêmica Agronegócio Versus  
Agricultura Familiar**

Ana Lúcia E. F. Valente

ISSN 1677-5473

*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
Secretaria de Gestão e Estratégia  
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

Texto para Discussão 29

# Algumas Reflexões sobre a Polêmica Agronegócio Versus Agricultura Familiar

*Ana Lúcia E. F. Valente*

**Embrapa Informação Tecnológica**  
Brasília, DF  
2008

Exemplares desta publicação  
podem ser solicitados na:

**Empresa Brasileira de Pesquisa  
Agropecuária (Embrapa)**

Secretaria de Gestão e Estratégia  
Parque Estação Biológica (PqEB)  
Av. W3 Norte (final)  
70770-901 Brasília, DF  
Fone: (61) 3448-4468  
Fax: (61) 3347-4480  
textoparadiscussao@embrapa.br

**Editor da série**

*Ivan Sergio Freire de Sousa*

**Co-editor**

*Vicente Galileu Ferreira Guedes*

**Conselho editorial**

*Antonio Flavio Dias Avila*  
*Antonio Jorge de Oliveira*  
*Antonio Raphael Teixeira Filho*  
*Assunta Helena Sicoli*  
*Ivan Sergio Freire de Sousa*  
*Levon Yeganiantz*  
*Manoel Moacir Costa Macêdo*  
*Otavio Valentim Balsadi*

**Colégio de editores associados**

*Ademar Ribeiro Romeiro*  
*Altair Toledo Machado*  
*Antonio César Ortega*  
*Antonio Duarte Guedes Neto*  
*Arlson Favareto*  
*Carlos Eduardo de Freitas Vian*  
*Charles C. Mueller*  
*Dalva Maria da Mota*  
*Egídio Lessinger*  
*Geraldo da Silva e Souza*  
*Geraldo Stachetti Rodrigues*  
*João Carlos Costa Gomes*  
*John Wilkinson*  
*José de Souza Silva*

*José Manuel Cabral de Sousa Dias*  
*José Norberto Muniz*  
*Josefa Salete Barbosa Cavalcanti*  
*Marcel Bursztyn*  
*Maria Amalia Gusmão Martins*  
*Maria Lucia Maciel*  
*Mauro Del Grossi*  
*Oriowaldo Queda*  
*Rui Albuquerque*  
*Sergio Schneider*  
*Tamás Szmezsányi*  
*Tarcízio Rego Quirino*  
*Vera L. Divan Baldani*

**Revisão de texto**

*Josmária Madalena Lopes*

**Normalização bibliográfica**

*Vera Viana dos Santos*

**Editoração eletrônica**

*Mário César Moura de Aguiar*

**Projeto gráfico**

*Tenisson Waldow de Souza*

**1ª edição**

1ª impressão (2008): 500 exemplares

**Todos os direitos reservados**

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,  
constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Embrapa Informação Tecnológica

Valente, Ana Lúcia E. F.

Algumas reflexões sobre a polêmica agronegócio versus agricultura  
familiar / Ana Lúcia E. F. Valente. – Brasília, DF : Embrapa Informação  
Tecnológica, 2008.

78 p. ; 15x21 cm. – (Texto para Discussão, ISSN 1677-5473 ; 29).

1. Agricultura. 2. Política agrícola. 3. Sociologia rural. I. Título. II. Série.

CDD 338.1

© Embrapa 2008

## Apresentação

*Texto para Discussão é uma série de monografias concebida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e editada – com periodicidade por fluxo contínuo – em sua Secretaria de Gestão e Estratégia (SGE). Foi criada para encorajar e dinamizar a circulação de idéias novas e a prática de reflexão e debate sobre aspectos relacionados à ciência, à tecnologia, à inovação, ao desenvolvimento rural e ao agronegócio.*

*O objetivo da série é atrair uma ampla comunidade de extensionistas, pesquisadores, professores, gestores públicos e privados e outros profissionais, de diferentes áreas técnicas e científicas, para a publicação e o debate de trabalhos, contribuindo, assim, para o aperfeiçoamento e aplicação da matéria.*

*As contribuições são enviadas à editoria por iniciativa dos autores. A própria editoria ou o Conselho Editorial – considerando o interesse da série e o mérito do tema – poderão, eventualmente, convidar autores para artigos específicos. Todas as contribuições recebidas passam, necessariamente, pelo processo editorial, inclusos um juízo de admissibilidade e a análise por editores associados. Os autores são acolhidos independentemente de sua área de conhecimento, vínculo institucional ou perspectiva metodológica.*

*Diante dos títulos oferecidos ao público, comentários e sugestões – bem como os próprios debates –*

*podem ocorrer no contexto de seminários ou a distância, com o emprego dos meios de comunicação. Essa dinâmica concorre para consolidar, legitimar ou validar temas nos espaços acadêmicos, na pesquisa e outros mais.*

*Em 2008, a série completa uma década de importante contribuição técnica e científica e inicia novo ciclo em sua trajetória. Inaugura formato editorial que melhor valoriza a informação e é mais compatível com as especificações de bases de dados internacionais e programas de avaliação de periódicos, ao tempo em que experimenta importante expansão qualitativa de temas e de autores.*

*Endereço para submissão de originais à série Texto para Discussão: Embrapa, Secretaria de Gestão e Estratégia, Parque Estação Biológica (PqEB), Av. W3 Norte (final), CEP 70770-901, Brasília, DF. Fax: (61) 3347-4480.*

*Os títulos publicados podem ser acessados, na íntegra, em [www.embrapa.br/embrapa/publicacoes/tecnico/folderTextoDiscussao](http://www.embrapa.br/embrapa/publicacoes/tecnico/folderTextoDiscussao)*

O Editor

## Dez Anos de Discussões Estratégicas

*O ano de 2008 é especialmente significativo para as publicações da Embrapa. Comemora-se o décimo aniversário da série **Texto para Discussão**. Essa é uma vitória coletiva daqueles que se interessam pela criação, difusão e intercâmbio de idéias novas.*

*Parabenizo os editores, autores, pareceristas, colaboradores, revisores, diagramadores, impressores, pessoal de acabamento, distribuidores, bibliotecários e leitores. É dessa interação de talentos diferenciados que resulta cada número da série que trouxe uma dimensão nova ao quadro das nossas publicações técnico-científicas.*

*Felicitó também a Secretaria de Gestão e Estratégia (SGE), que criou, cuidou e dinamizou uma série que discute e inspira idéias estratégicas relativas à ciência, tecnologia, produção agropecuária, problemas sociais, ambientais e econômicos da sociedade brasileira. São monografias lidas por professores e estudantes, pesquisadores e tecnólogos, extensionistas, administradores, gestores, especialistas e o público em geral.*

*A publicação é um exemplo de parceria frutífera entre a SGE e a Embrapa Informação Tecnológica. A série **Texto para Discussão** é, de fato, multiinstitucional; em suas páginas, estão publicadas idéias oriundas das mais diferentes instituições. Nela, encontram-se colaboradores de universidades, institutos de pesquisa, diferentes órgãos do Executivo e de outros poderes públicos, secretarias municipais e Unidades de Pesquisa da Embrapa.*

*O maior presente deste décimo ano é a decisão de torná-la mais produtiva em número de edições. Para a Diretoria-Executiva da Embrapa, não poderia haver melhor forma de se comemorar o aniversário de um veículo dessa natureza.*

*Silvio Crestana*  
Diretor-Presidente da Embrapa

## Sumário

Resumo .....	11
Abstract .....	12
Introdução .....	13
Etnografia do “estado da arte” .....	19
A contribuição de Gramsci .....	31
Os intelectuais orgânicos .....	33
O senso comum .....	35
Os “desvios” da filosofia da práxis .....	38
As estratégias políticas de transformação social .....	41
No mesmo campo teórico? O desacordo .....	43
Dos perigos do ecletismo e do pós-modernismo .....	46
Crise de paradigmas? .....	50
Sobre as deficiências teóricas dos intelectuais orgânicos dos movimentos sociais .....	55
Conclusão .....	69
Referências .....	73





29



## Algumas Reflexões sobre a Polêmica Agronegócio Versus Agricultura Familiar

*Ana Lúcia E. F. Valente<sup>1</sup>*

<sup>1</sup> Professora da Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária (FAV), doutora em Antropologia Social (USP), com pós-doutorado pela Université Catholique de Louvain (UCL/Bélgica).  
Universidade de Brasília, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, CEP 70910-900, Brasília, DF. E-mail: [anavalente@unb.br](mailto:anavalente@unb.br)



## Algumas Reflexões sobre a Polêmica Agronegócio Versus Agricultura Familiar

---

### Resumo

---

Propõem-se algumas reflexões sobre a oposição do agronegócio à agricultura familiar, definindo-a como uma falsa questão teórica com significativos desdobramentos políticos. Nessa perspectiva, considera-se a variedade de posicionamentos de estudiosos sobre esse tema para, em seguida, sinalizar que a defesa de tal oposição não encontra respaldo nas contribuições oferecidas pela análise do teórico político italiano Antonio Gramsci. É esse autor que, no interior da produção teórica marxista, promove a discussão sobre o papel dos intelectuais orgânicos e fornece os argumentos para proceder à crítica desse enfoque.

**Termos para indexação:** debate acadêmico; intelectuais orgânicos; estratégia e táticas políticas.

## Some Reflections on the Agribusiness Versus Family Farming Polemic in Brazil

---

### Abstract

---

It is proposed some reflections on the opposition of agribusiness to family farming, defining it as a false theoretical issue with significant politic extent. In that perspective, it is the variety of placements of scholars on this issue to then signal that the defense of such opposition is not backing in contributions offered by the analysis of the italian political theorist Antonio Gramsci. It is this author that within the marxist theoretical production promotes discussion on the role of the organic intellectuals and provides the arguments for the criticism of that approach.

**Index terms:** academic debate; organic intellectuals, political strategy and tactics.

## Introdução

---



Em publicação recente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (SOUSA, 2006), mais uma vez foi reiterada a importância da agricultura familiar na política de segurança alimentar, por prover o mercado interno de alimentos e de matérias-primas, bem como por oferecer contribuições para a sustentabilidade e a equidade de inclusão social. Sua relevância econômica é atestada em números. Conforme o Censo Agropecuário 1995/96<sup>2</sup>, 85,2 % dos estabelecimentos agropecuários existentes no País são familiares, ocupando 70 % da mão-de-obra, o que caracteriza esse “grupo social e econômico como pródigo mantenedor de postos de trabalho” (CRESTANA; SOUSA, 2006, p. 13), e 10,1 % do PIB brasileiro foram gerados pelo “*agronegócio de base familiar*” (idem, p.13, grifo nosso), em relação à participação total de 30,6 % do agronegócio. Agricultores familiares são responsáveis pela produção de 81,4 % do feijão, assim como 72 % dominam a produção de leite, e 97,7 % estão envolvidos com aproximadamente 36,4 % da produção de milho.

---

<sup>2</sup> Podem ser considerados dados antigos e pouco confiáveis, tendo por base as mudanças operadas no campo nos últimos dez anos. A expectativa é que o novo levantamento, iniciado em 16 de abril de 2007, permita análises atualizadas e mais seguras. De qualquer maneira, reportagem publicada em 11 de abril de 2007 (TOTTI, 2007) indica que o próximo Censo Agropecuário pode mostrar uma desaceleração do êxodo rural no sudoeste do Paraná, com a “revolução” promovida pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Entretanto, estudo realizado pela Sociedade Rural Brasileira (ARRUDA, 2007) aponta um cenário desfavorável para produtores em pequenas áreas: em 1985, os estabelecimentos com menos de 100 ha somavam 5,22 milhões; e, no início do ano 2000, tinham caído para 4,38 milhões. Isso representa uma redução acumulada de 17 % em 15 anos.

Nesta publicação, parte-se dos pressupostos de heterogeneidade da agricultura familiar<sup>3</sup>, da necessidade de oferecer ao conhecimento autóctone um aporte científico e tecnológico imprescindível, para que se possa responder aos desafios do mundo globalizado, e das novas demandas do mercado interno. Também aponta para a importância de se compreender a tecnologia não como panacéia, mas conhecimento que estaria a exigir inovações institucionais, como políticas públicas, parcerias e outras ações que a ele devem ser conjugadas. A intenção é compartilhar as tecnologias para a agricultura familiar (SOUSA; SILVA, 2006, p. 34), com o enfoque que considera as especificidades dos biomas distintos do País, a fim de adequá-las às características dessa agricultura, desenvolvida em diferentes contextos.

No capítulo conclusivo (SILVA et al., 2006, p. 406), considera-se que o futuro da agricultura familiar está “atrelado ao próprio futuro da pesquisa agropecuária e dos novos arranjos institucionais aos quais ela estará submetida”, bem como “aos processos de reprodução social dessa importante categoria social e às políticas voltadas para o seu fortalecimento e expansão”. Entre esses processos de reprodução, respaldados em Schneider, os autores destacam a presença da pluriatividade, compreendida como a combinação de atividades agrícolas e

---

<sup>3</sup> Essa heterogeneidade é ainda mais evidente, tendo-se em vista os segmentos de beneficiários do Pronaf com rendas brutas anuais diferenciadas. Embora esse programa seja um divisor de águas no âmbito das políticas estatais na agricultura, entre as categorias mais pobres (A e B) e as demais, há enormes distâncias que justificam maior ou menor acesso ao crédito de custeio. Não se pretende neste texto discutir esse problema, que é promotor de novas tensões no âmbito dos movimentos sociais, do Estado e das reflexões teórico-acadêmicas.

não agrícolas<sup>4</sup>, que poderia potencializar a sinergia de políticas agrícolas e de desenvolvimento rural, a geração de empregos não agrícolas, a habitação rural, o turismo rural, o artesanato e a preservação ambiental; e citam-no:

Estimular esta complementariedade poderia contribuir para se desconstruir o maniqueísmo político e ideológico entre o agrícola e o rural, entre a agricultura familiar e o agronegócio, entre a produção para o mercado e para o auto-provimento dos agricultores, entre outros. Até porque, o mais importante não é saber qual a atividade que gera mais renda ou qual produto é mais aceito pelos compradores, pois o essencial está em dominar conhecimentos que permitam aos agricultores e aos habitantes do rural lograrem a sua reprodução e manterem-se como atores integrantes deste espaço por meio de mecanismos que sejam sustentáveis em todos os sentidos, independentemente de serem agrícolas ou não agrícolas. (SCHNEIDER, 2005, p.18 citado por SILVA et al., 2006, p. 406, grifo nosso).

Coerente com essa linha de reflexão, em outra oportunidade, Schneider (2006) afirma que, no Brasil, a falta de entendimento sobre os modos de inserção das formas familiares de trabalho no capitalismo tem gerado controvérsias na Academia, nos sindicatos, nos movimentos sociais, nos operadores e mediadores de políticas públicas, entre outros. Quer nas interpretações que associam indistintamente agricultura familiar e capitalismo (ao qual se atribui, como sinônimo, o termo “agronegócio”) à transformação do campesinato para a agricultura familiar; quer na redução das diferentes formas de produção familiar à condição camponesa,

---

<sup>4</sup> Precisamente, para Schneider (2003, p. 23), a pluriatividade seria o exemplo emblemático da mudança na “forma de ser” do rural, referindo-se “à emergência de situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a dedicar-se ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura e ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção”.



[...] é preciso ir além desta simplificação e do maniqueísmo ideológico que lhe corresponde, pois a mera contraposição entre campesinato e agricultura familiar e, às vezes, agronegócio, pouco acrescenta ao entendimento da diversidade das formas familiares de produção e trabalho, das suas dinâmicas territoriais, das estratégias individuais e coletivas de reprodução e dos processos de diferenciação social. (SCHNEIDER, 2006, p. 8-9).

Não merece retoque a recomendação do sociólogo gaúcho. Porém, muitas vezes, para se ir além, é importante compreender as razões teóricas e políticas dessas interpretações simplificadas e maniqueístas, sobretudo aquelas manifestadas no meio acadêmico. É o que se pretende neste texto.

Na defesa de que a oposição entre agricultura familiar e agronegócio é uma falsa questão teórica, com significativos desdobramentos políticos, busca-se construir os argumentos discutindo as implicações metodológicas que envolvem esse debate, especialmente considerando o público que terá acesso a este texto. Por essa razão, é importante o recurso de citar trechos de textos dos autores referenciados, alguns deles desconhecidos para muitos leitores. Essa opção não é feita apenas para lhes ser justa e garantir o acesso ao que eles escreveram, sem qualquer viés interpretativo, mas porque muito do que foi escrito pode dispensar comentários. Também pretende-se construir um texto didático e desmistificar a produção teórica marxista, referência cada vez mais rara nos processos de formação de graduação e pós-graduação. A falta de leitura de textos clássicos, em geral, tem progressivamente vulgarizado e banalizado a produção do conhecimento nas Ciências Sociais.

Segundo Costa-Lascoux (1999), o antropólogo é, por vocação, o advogado das “minorias” maltratadas pelo desenvolvimento econômico e pelas culturas imperialistas. Entretanto, parafraseando Marx (1980), substituir a investigação imparcial pela apologética é característica dos movimentos contra-revolucionários:

A burguesia conquistara poder político, na França e na Inglaterra. Daí em diante, a luta de classes adquire, prática e teoricamente, formas mais definidas e ameaçadoras. Souo o dobre de finados da ciência econômica burguesa. Não interessava mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente, o que contrariava ou não a ordenação policial. Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins mercenários, a investigação científica imparcial cedeu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética. (MARX, 1980, p. 11).

Imparcialidade não é sinônimo de neutralidade. A construção de conceitos e idéias, ou seja, a definição ou a concepção sobre um objeto, um fato, uma situação ou sobre o conjunto deles, nunca é neutra. Isso quer dizer que sempre são feitas opções para compreender aquilo que se desconhece; porém, estas escolhas implicam certas conseqüências. Define-se sempre o trajeto considerado o mais adequado para promover o conhecimento. Esses trajetos são as teorias, baseadas em observações e experiências; podem diferir quanto ao grau de elaboração, de alcance, de sistematicidade, de “cientificidade” e, por isso, é possível que nos conduzam a resultados diferentes, isto é, a reflexões que não são as mesmas do ponto de vista da elaboração, do alcance e da sistematização científica. Mas todas as teorias, sem exceção, atuam como um roteiro para a nossa reflexão e são passíveis de

sofrerem transformações. É como estar diante de um mapa buscando o caminho ou o meio mais ou menos fácil, mais ou menos seguro, mais ou menos rápido para alcançarmos um destino pretendido. Por isso, passa a ser imprescindível que se explicita o roteiro ou a teoria escolhida, assim é possível acompanhar a linha de raciocínio, o trajeto pelo qual se faz a opção. Disso também depende o desenvolvimento e o desdobramento da argumentação, bem como de possíveis conclusões.

Na construção desse olhar sobre o tema proposto neste artigo, parte-se do lugar teórico definido pela abordagem histórica nucleada no marxismo. Em princípio, as declarações formais de adesão a modelos teóricos são dispensáveis. Mas, ante a tendência de abandono da teoria como fonte de conceitos científicos, que tem desembocado em estudos epistemologicamente ingênuos e com baixa densidade teórico-conceitual, negligenciar as diferenças entre as epistemologias existentes e a diversidade de seus compromissos pode acentuar essa disposição. Essa avaliação torna-se mais complexa ao se reconhecer que aqueles que usam politicamente o termo agronegócio para opô-lo a agricultura familiar valem-se de muitas categorias construídas no campo marxista<sup>5</sup>. Dessa maneira, em última análise, os argumentos que serão utilizados expressam uma disputa de interpretações sobre “o que realmente Marx quis dizer...” e também seus seguidores, entre os quais se destaca a contribuição de Gramsci. Por essa razão, também são explicitadas as discordâncias interpretativas

---

<sup>5</sup> Vale lembrar, como Schneider (2003, p. 42), que os chamados “neomarxistas” partem de aportes teóricos “tão antagônicos que se torna difícil acreditar que todos foram influenciados pela mesma vertente teórica”.

como um artifício para que questões sejam discutidas, repensadas e até mesmo reformuladas. Afinal, sabe-se que “acertos de conta” no interior do marxismo fazem parte de sua história.

Além da apresentação inicial, o texto foi estruturado em três partes. Na primeira, apresenta-se a posição de intelectuais que se colocam diferentemente sobre a temática. Na segunda, expõe-se a contribuição teórica de Gramsci para construir a argumentação contrária à oposição entre o agronegócio e a agricultura familiar. Na última, após reforçar a necessidade de respeito ao método de análise proposto por Marx, procura-se sinalizar os aspectos que explicariam as deficiências teóricas de intelectuais orgânicos de movimentos sociais de luta pela terra, que tomam o agronegócio como o inimigo a ser combatido.

## Etnografia do “estado da arte”

---



O termo “agronegócio”, neologismo do conceito clássico *agribusiness*, cunhado em meados do século 20, por Davis e Goldberg (1957), para designar, a partir da experiência norte-americana, as relações de dependência entre as indústrias de insumos, a produção agropecuária, a indústria de alimentos e o sistema de distribuição, desde então passou a ter por referência “os negócios da agricultura de dentro para fora da porteira”. Conceito descritivo, tudo indica que de inspiração positivista, por

sua simplicidade e compromisso com a suposta “neutralidade científica”, não deveria despertar tanta polêmica. No entanto, a mídia, movimentos sociais e mesmo segmentos importantes da Academia deixam-se enredar no debate sobre um suposto dualismo entre agronegócio e agricultura familiar, como se os segmentos sociais envolvidos não se pautassem ou estivessem interessados no processo no qual ambos estão implicados: da produção ao consumo.

Sem que partam do mesmo lugar teórico ou estabeleçam concordância em suas análises, são muitos aqueles que tomam esse dualismo como falso, além de Schneider que o considera maniqueísta, conforme citado.

Segundo o economista Jank (2006),

O Brasil tem sido pródigo em produzir falsas dicotomias, como a idéia do agronegócio contra a pequena agricultura, a agricultura patronal contra a agricultura familiar ou os grandes produtores contra os sem-terra. Premissas equivocadas alimentam invasões de terra, repulsa a empresas multinacionais e visões opostas sobre o futuro desejável para o setor. Caso único no mundo, o Brasil tem dois ministérios de agricultura vivendo uma guerra surda por atenção e recursos, um cuidando de mecanismos tradicionais de política agrícola e o outro, da reforma agrária e da agricultura familiar (JANK, 2006, p.A2).

Qualquer pessoa que tenha estudado minimamente a matéria sabe que o agronegócio é apenas um marco conceitual para delimitar o sistema integrado de produção de alimentos, fibras e bioenergia. Todos os agricultores têm de se inserir no agronegócio, cedo ou tarde, sejam eles grandes ou pequenos, patronais ou familiares. O desenvolvimento histórico do setor é riquíssimo em experiências de migrantes que evoluíram incorporando inovação, eficiência e escala. Barões do café quebraram na crise de 1929. Migrantes italianos pobres que vieram colher café se tornaram os grandes usineiros de açúcar de hoje. Pequenos agricultores

familiares do Sul, como André Maggi, pai do governador Blairo, viraram grandes produtores ultra-eficientes, abrindo cidades e construindo estradas e desenvolvimento (JANK, 2006, p. A2).

Em artigo datado de 21 de março de 2007, o mesmo autor, ao comentar a visita do presidente americano ao País, ocasião em que se avolumaram as matérias e opiniões sobre os biocombustíveis, mais uma vez manifestou-se sobre o assunto:

Primeiro, não é o FMI, a Rodada Doha, a Alca ou o álcool que estão condenando os setores menos eficientes da nossa indústria, mas sim a falta de instituições sólidas e reformas nas políticas públicas. Nossos maiores problemas são internos, e não externos. Segundo, não existe “agricultura contra indústria”, “agronegócio contra agricultura familiar”, “alta tecnologia na indústria e atraso nas commodities”. É inacreditável como este besteiro endêmico está enraizado no País. 70% do agronegócio é composto por indústrias e serviços correlatas à agricultura. O Brasil é líder mundial em tecnologia e custos agropecuários. Nossos maiores concorrentes nos mercados de commodities são países ricos que utilizam intensivamente seus recursos naturais. EUA, Canadá, Austrália, Suécia, Finlândia, Malásia e Chile são exemplos. Não há nada de errado nisso. Para resolver esta doença só há uma solução: antes de criticar, é preciso conhecer, visitar. Listem as indústrias mais dinâmicas do interior, que geram mais empregos. Visitem um frigorífico, uma usina sucroalcooleira, o Agrishow de Ribeirão Preto. Aproveitem uma das infinitas idas a Brasília para conhecer o Centro-Oeste verdadeiro, espelhado na alta qualidade de vida das regiões agrícolas de Goiás e Mato Grosso. Viagens e estatísticas curam preconceitos e ignorância! (JANK, 2007, p. A42).

Também Ignacy Sachs, ao ser questionado, em entrevista à *Revista Desafios do Desenvolvimento* (WOLFFENBÜTTEL, 2007), sobre o que fazer para evitar os efeitos maléficos provocados pela experiência do proálcool, respondeu:

Primeiro tem de acabar com essa falsa dicotomia entre agricultura familiar e agronegócios. O biocombustível é um grande negócio e também abrirá oportunidades para os pequenos agricultores. Mas, para que aconteça, é necessário a criação de uma agência de regulação que estabeleça critérios claros sobre como funcionará o setor; e o preço mínimo tem de ser apenas um dos critérios. É preciso humanizar o contrato do pequeno com o grande. A humanidade não pode se furtar ao debate sobre o meio rural (WOLFFENBÜTTEL, 2007, p. 15).

Outros pesquisadores, como José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay, do mesmo modo, reiteradas vezes afirmaram que o agronegócio no Brasil não é só uma atividade de grandes produtores e que não há oposição com agricultura familiar. Porém, suas vozes não têm sido convincentes para que essa falsa questão seja superada. Segundo eles, por exemplo, a agricultura familiar sustenta um dos ramos mais bem-sucedidos do agronegócio, o das exportações de frango. Marcas conhecidas, como Sadia ou Perdigão, são responsabilizadas por esse sucesso, mas é importante lembrar que 97 % dos fornecedores da “matéria-prima” são granjeiros familiares; ou seja, na base de tão competitiva cadeia produtiva do agronegócio, está a menosprezada agricultura familiar.

Para Veiga (2004), esse menosprezo denuncia “um dos mais grotescos preconceitos discriminatórios instalados nos cérebros de formadores de opinião: a imagem de que a agricultura familiar seria ‘rudimentar’, sem competitividade, comparável à dos fazendeiros, os únicos inseridos em agronegócios”; também atesta a ignorância de que “em toda parte o *agribusiness* é composto por um conjunto heterogêneo de cadeias produtivas, cujos elos primários contam com inúmeros tipos de agricultores e pecuaristas, majoritariamente de caráter familiar”.

Em razão disso, o estudioso conclui “que é pura bobagem contrapor agricultura familiar a agronegócio”; ideologia no sentido de “‘falsa consciência’[...] que sempre se opôs, e sempre se oporá, à conquista de mais oportunidades de acesso à propriedade da terra pelo chamado ‘andar de baixo’”.

No mesmo artigo, Veiga explica que, no País, “a lei classifica as empresas pelo volume da receita bruta anual” e que “é pequena empresa toda pessoa jurídica ou firma mercantil individual que não tenha receita bruta superior a R\$ 1,2 milhão por ano”. Assim, os únicos “estabelecimentos agrícolas que não devem ser considerados empresariais são os de auto-abastecimento, que costumam gastar mais do que recebem”. Como desdobramento, esbarra-se, segundo o autor,

[...] em outra superstição: a fantasia de que não existe agricultura ‘patronal’ [...] Repudiar a expressão agricultura patronal é tentar negar um elementar fato da realidade do setor, além de esquisito reforço ao mito de que o Brasil rural seria apanágio dos agricultores, como pretende a bancada ruralista. Nada mais falso, pois a agricultura já não é o setor predominante da economia rural do Sul-Sudeste e nunca passou de apêndice no outro extremo, a região Norte. (VEIGA, 2004, p. B2).

Em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo* (ABRAMOVAY, 2003), Abramovay foi questionado sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado pelo governo, no qual se defende a idéia de que a agricultura familiar estaria sendo ameaçada pela patronal, caracterizada pela ocupação de grandes extensões de terras e trabalho assalariado. Sobre a existência dessa oposição respondeu:

Ela não é real. O *agrobusiness* é composto fundamentalmente por agricultores familiares. Eles conseguiram se firmar em setores extremamente modernos, como a



Ana Lúcia E. F. Valente

produção de aves, suínos, fumo, produtos ligados a mercados internacionais. De maneira geral, no Brasil, esse segmento responde por cerca de um terço do valor da produção de toda a agricultura. Quando se fala no sucesso das exportações de frango, é bom lembrar que se deve à agricultura familiar. Um fato curioso é que os economistas vivem prevendo o fim desse tipo de atividade, mas ela persiste em todos os lugares do mundo. (ABRAMOVAY, 2003, p. 7).

Essa questão já havia merecido reflexão detalhada no livro *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Nas páginas introdutórias, Abramovay (1998, p. 21) afirma que um

[...] obstáculo teórico para a compreensão da realidade agrária contemporânea no capitalismo central está nas ambigüidades com que a noção de unidade familiar de produção tem sido tratada. Convém insistir neste ponto, pois a associação entre esse tipo de estabelecimento e *small farm*, “pequena produção”, “produção de baixa renda”, “agricultura camponesa”, entre outros, é recorrente e impede que se perceba a dupla e fundamental especificidade da agricultura familiar tal como se desenvolveu, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, nos países capitalistas avançados: por um lado, seu dinamismo econômico, sua capacidade de inovação técnica, suas formas sociais inéditas com relação ao passado de que algumas vezes se origina, mas com o qual mantém laços cada vez mais tênues. Por outro lado – e este é um aspecto decisivo – a agricultura familiar é um fenômeno tão generalizado nos países capitalistas avançados que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa, de fato, em alguns casos existente: na verdade, o Estado foi determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário das nações centrais. (ABRAMOVAY, 1998, p. 21).

Longe de a polêmica se esgotar, Navarro (2007), ao comentar o “abril vermelho”, declara que

[...] o MST tem sido forçado a apelar para “novos temas” para se autojustificar e, desde então, são patéticas suas ações e demandas. Sempre procurando polaridades que facilitam o jogo político, a tentativa, por exemplo, de

transformar o chamado “agronegócio” em alvo é apenas um desses equívocos.

Não apenas porque todos os agricultores fazem negócios, inclusive os assentados, mas porque a maioria dos brasileiros se perguntaria: podemos abrir mão desse setor produtivo? O erro estratégico é pedestre, mas os líderes dos sem-terra preferem a miopia do obscurantismo ideológico ao exame da realidade. (NAVARRO, 2007, p. A3).

Se, como se disse linhas acima, há muitos que consideram ser falsa a oposição entre agricultura familiar e agronegócio, e os intelectuais citados até o momento são apenas alguns exemplos, outros posicionam-se diferentemente. Talvez estes últimos sejam em tão grande número quanto aqueles que fazem parte do primeiro grupo. Alguns poderão ter posições matizadas que, no entanto, desconhecemos. Por isso, referências são feitas a apenas três deles, que manifestaram suas opiniões em textos e entrevistas que mereceram repercussão pública e circularam em mensagens eletrônicas.

Para Delgado (2005), economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que afirma estudar de longa data a relação capital e agricultura no Brasil, a realidade do agronegócio brasileiro é uma grande contradição, porque realiza a associação do grande capital agroindustrial e financeiro com a grande propriedade fundiária, perseguindo um projeto de expansão agrícola e territorial de caráter fortemente excludente. Aliados desse projeto estariam os índios, a reforma agrária, o emprego da força do trabalho não qualificado, o meio ambiente protegido, a função social da propriedade fundiária, etc. Mais ponderado em outra oportunidade, Delgado (2001, p. 166), ao comentar a conjuntura dos anos 1990, asseverou que a dualidade do debate agrário se aprofundava:

Ana Lúcia E. F. Valente

[...] de um lado as várias correntes que refletem os novos e velhos dilemas da questão agrária; de outro, os protagonistas do *agribusiness*, adeptos de uma integração externa da economia rural, protagonizada pelas grandes corporações internacionais do comércio e da indústria de *commodities*, livres de quaisquer restrições relativas às políticas nacionais, mas fortemente impelidas pela política comercial norte-americana. Neste sentido, é muito mais uma integração *business* do que agro, já que não há qualquer vinculação explícita desse projeto com a territorialidade nacional do setor rural e com os grupos rurais tradicionais da “idade de ouro” da modernização. Mas, talvez até mesmo pelo aprofundamento da dualidade tenhamos atingido um certo grau de unidade na problemática da crise agrária. (DELGADO, 2001, p. 166).

O texto *Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil*, produzido por Oliveira (2004)<sup>6</sup>, professor titular do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), merece análise atenta por contrapor o “mundo do agronegócio” aos dos camponeses. De acordo com o autor,

[...] os integrantes do mundo do agronegócio continuam a pedir o fim dos subsídios agrícolas nos países desenvolvidos, para que a produção mundializada da agricultura brasileira chegue ao mercado mundial. Insistem também, na recusa em aceitar a Reforma Agrária como caminho, igualmente moderno, para dar acesso a terra aos camponeses que querem produzir e viver no campo. Como tenho escrito em meus textos, não se trata, pois de um retorno ao passado, mas, de um encontro com o futuro.

A incansável luta pelo acesso a terra no Brasil, tem esta dimensão da modernidade incompreendida pela elite latifundiária e por parte da intelectualidade brasileira. (OLIVEIRA, 2004, p. 1)<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Texto cuja primeira versão foi apresentada para discussão em reunião da CPT Nacional (Goiânia-GO), em 22/10/2003. A segunda versão ampliada foi apresentada no *XII Encontro Nacional do MST* (São Miguel do Iguaçu – PR) de 19 a 24 de janeiro de 2004.

<sup>7</sup> OLIVEIRA, A. U. de. **Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. 2004. Texto (PDF).

Ainda :

[...] a injustiça da Justiça vai decifrando e interpretando as avessas a continuidade do processo de formação do campesinato brasileiro moderno em pleno século XXI. Um campesinato curtido na rebeldia de quem é capaz de revolucionar a história, mas, contraditoriamente, não ser compreendido pelas elites, em grande parte pela mídia, e o que tem sido mais cruel, não são reconhecidos por muitos intelectuais, cujo único trabalho tem sido ser pago com dinheiro dos próprios trabalhadores para pensar estratégias contra os mesmos. (OLIVEIRA, 2004, p. 3).

A esses intelectuais, segue fazendo referências veladas, desancando a produção acadêmica de Silva (2001) e outros pesquisadores envolvidos no projeto Rurbano, bem como os estudos de Veiga (2002) que questionam os critérios utilizados no País para definir o rural. Em contrapartida, ele faria parte de um outro tipo de intelectual:

Outros intelectuais, movidos pela busca da compreensão do Brasil real, vão ao campo estudar as lutas travadas pelos movimentos sociais, procuram interpretar a barbárie que os dados sobre conflitos no campo levantados pela CPT registram. Assim, o campo contém as duas faces da mesma moeda. De um lado, está o agronegócio e sua roupagem da modernidade. De outro, está o campo em conflito. A mesma série estatística que registra os conflitos, retransmite o recado vindo do campo: nem a violência dos jagunços, nem a repressão social democrata do governo FHC e de muitos governos estaduais como o do PSDB em São Paulo, ou mesmo os textos dos intelectuais e a opinião da mídia representante das elites que não vêem esta realidade, são suficientes para impedir a já longa e paciente luta de uma parte dos trabalhadores do campo e de parte dos excluídos da cidade, para “entrarem na terra”, para se transformarem em camponeses. (OLIVEIRA, 2004, p. 2).

Curiosamente, os dados e análise apresentados pelo autor tão-somente reafirmam ser falsa a oposição ao

agronegócio. Por um lado, vale-se de frases de efeito que marcam diferenças entre aqueles que têm pouca terra e os que têm muita, sobre as quais não se pretende questionar a veracidade. Por outro lado, ao apresentar dados sobre produtos agrícolas, o autor corrobora a presença inquestionável da agricultura familiar no agronegócio. Conseqüentemente, não haveria essa oposição, tornando pertinente o uso da expressão “agronegócio de base familiar”, empregada na publicação da Embrapa. Constata-se, ainda, que Oliveira admite, assim como os intelectuais que critica, que a separação entre a cidade e o campo, ou entre o rural e o urbano, vem sendo eliminada gradativamente.

Na mesma linha de reflexão, destaca-se Bernardo Mançano Fernandes, doutor em Geografia Humana e professor na Universidade do Estado de São Paulo (Unesp), campus de Presidente Prudente. Em entrevista ao jornal *A nova democracia* (NUNES, 2007), Fernandes afirmou que o agronegócio foi uma palavra criada na década de 1990 para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura, buscando renovar a sua imagem, sem conseguir esconder o que está na sua raiz e na sua lógica: a concentração e a exploração. O agronegócio seria um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, pois além de concentrar e dominar a terra, também domina a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento. De acordo com a entrevistadora:

Segundo ele, outra construção ideológica do agronegócio é convencer a todos de que é responsável pela totalidade da produção da agropecuária. Ele também refuta essa teoria, afirmando que toda vez que a imprensa burguesa informa

os resultados das safras credita toda a produção na conta do agronegócio, quando a agricultura camponesa é responsável por mais da metade da produção do campo — com exceção da soja, cana e laranja — e nem sequer é citada. (NUNES, 2007).

Em resposta a Xico Graziano, no jornal *O Estado de São Paulo*, Fernandes (2006) assim se manifestou:

Os sem-terra atacam a grilagem da terra, o latifúndio, o agronegócio, a miséria e a fome. As famílias organizadas no campo têm um objetivo político: democratizar a sociedade e produzir alimentos nas terras conquistadas - que já representam parte importantíssima da produção agropecuária regional e nacional. A comparação entre MST e PCC e o suposto “terrorismo” são uma forma de esconder a desigualdade produzida pela concentração de renda, terra e poder no País. (FERNANDES, 2006).

Em artigo publicado em periódico científico:

Os sem-terra não se entregam. Mesmo com todos os obstáculos construídos na tentativa de impedir sua marcha, jamais se confessam derrotados. A cada dia, eles criam novas experiências para romper as cercas do latifúndio, do governo federal, do Poder Judiciário, da mídia.

As políticas de desenvolvimento rural que eles constroem com suas práticas de luta são distintas das políticas geradas nos gabinetes a partir dos interesses dos ruralistas. No Pontal do Paranapanema, como em diversas outras regiões, os sem-terra estão imprimindo no território a dura marca da luta pela terra, para conquistarem os direitos e a dignidade. Eles elaboram idéias de desenvolvimento rural em que possam fazer parte do processo produtivo. (FERNANDES; RAMALHO, 2001, p. 252).

Conforme alertou Alves (2005), no caso de movimentos sociais vinculados ao campo, constata-se que a sua retórica combativa esconde o exercício da mesmice e que as deficiências teóricas entre os seus intelectuais

orgânicos são gritantes. Por falta de domínio teórico, questões acessórias no plano da linguagem tornam-se motivo para infundáveis discussões que não chegam a lugar nenhum. Para este autor marxista (ALVES, 2005, p. 34-35), o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), o mais incisivo protagonista entre esses movimentos, ao fazer a defesa do socialismo, promove o recuo no

[...] grau de consciência política de seus militantes pelo teor de uma luta que tem por fim transformá-los em proprietários. O próprio socialismo que defendem seria aquilo que Marx e Engels denunciaram no *Manifesto do Partido Comunista* como 'socialismo reacionário'. Sob a forma de socialismo pequeno-burguês. (MARX; ENGELS, 1987, p. 58-59).

Os intelectuais do MST certamente discordarão do autor, com argumentos teóricos que contrariam sua assertiva, sem censurá-lo ou vetá-lo, e evitarão o contraditório, em oposição ao que recomenda a praxe científica. Para os fins deste texto, ao explicitarmos sem a intenção de promover eventual polêmica sobre o excerto citado, o que merece atenção é a referência aos intelectuais orgânicos e às suas possíveis deficiências teóricas. Em princípio, poder-se-ia admitir que não cabe julgar a retórica do movimento social para construir seu discurso de mobilização, inclusive para “demonizar o inimigo”, como afirmou Veiga (2007)<sup>8</sup> em palestra recente. Mas, segundo ele, “o perigoso é que um pesquisador tente usar o seu aparato para dar racionalidade à ideologia do movimento social” e oferecer ao seu discurso “aparência de justificativa científica”.

---

<sup>8</sup> Palestra do professor José Eli da Veiga realizada no dia 18 de abril de 2007. Disponível em: <[www.cpce.unb.br](http://www.cpce.unb.br)>. Acesso em: 23 abr. 2007.

Dessa maneira, quando o foco é a produção desse discurso por intelectuais que receberam formação científica, justifica-se a crítica. No interior da produção teórica marxista foi Gramsci quem aprofundou a discussão sobre o papel dos intelectuais orgânicos. De sua contribuição podem-se destacar alguns aspectos que permitem sinalizar a existência dessas deficiências.

## A contribuição de Gramsci

---



Desde a década de 1920, na Itália, em sua análise sobre a questão meridional, Gramsci levantava um aspecto importante que pode colaborar nesta reflexão: indagava como superar a luta pela terra inserindo-a numa perspectiva que se oponha ao processo de concentração comandado pelo capital, o qual impõe inúmeras dificuldades ao trabalhador destituído de seus meios de sobrevivência ou na iminência de perdê-los.

A questão meridional dizia respeito às discussões políticas travadas na época, sobre as providências que deveriam ser tomadas para diminuir a distância e a diferença entre a Região Sul, pouco desenvolvida economicamente, e a Região Norte, avançada. Questão central nesse debate sobre o sul da Itália, as territorialidades e suas especificidades tinham valor para Gramsci uma vez que se referiam a uma contradição que nasce do capitalismo. Essa perspectiva tem o mérito de



evitar que a territorialidade seja entendida apenas como manifestação singular e que derive em teses dualistas. Além desse alerta, o autor criticava a forma escolhida para conduzir a distribuição e ocupação de terras. Então perguntou:

O que obtém um camponês pobre invadindo uma terra inculta ou mal cultivada? Sem máquinas, sem uma habitação no lugar de trabalho, sem crédito para esperar o tempo da colheita, sem instituições cooperativas que compre a própria colheita [...] e o salvem das garras dos usurários, o que pode ganhar com a invasão um camponês pobre? Ele satisfaz, num primeiro momento seus instintos de proprietário, mata sua primitiva fome de terra; mas, num segundo momento, quando percebe que os braços não bastam para arrotear uma terra que só a dinamite consegue romper, quando percebe que são necessários as sementes, os adubos e os instrumentos de trabalho, e pensa que ninguém lhe dará todas essas coisas indispensáveis, e pensa na série futura dos dias e das noites a passar numa terra sem casas, sem água, com malária, o camponês sente sua impotência, sua solidão, sua condição desesperada, e torna-se um bandido, não um revolucionário, torna-se um assassino, dos “senhores”, não um lutador pelo comunismo. (GRAMSCI, 1987a, p. 76).

Gramsci percebia a necessidade de serem construídas novas mediações teóricas para a compreensão da realidade concreta, porque em constante movimento, sem que, com isso, se pudesse incorrer no erro de acreditar que a essência, ou significado da exploração sobre o trabalhador, tivesse (e tenha) se alterado.

Contra a tendência do capitalismo que opera a concentração e centralização da propriedade privada dos meios de produção, sob o patrocínio do poder público, é reivindicada a sua descentralização. Nesse movimento, insere-se a questão da terra. Numa face, a luta pela terra pode representar a “resistência” dos trabalhadores ao

processo histórico que os destrói; na outra, ante o não-oferecimento de condições necessárias para a sobrevivência desses trabalhadores, incluindo sua inserção no mercado, deve-se admitir uma tática que retroaja, do ponto de vista histórico, à tendência apontada. Isso porque não há como resistir se não há condições para sobreviver.

Nesse contexto é que o teórico político italiano esboça sua preocupação com a possibilidade de as classes populares construírem uma contra-ideologia, capaz de enfrentar a ideologia hegemônica, antes mesmo de assumirem o controle pleno da base material. Para ele, a oposição à sociedade capitalista deveria ser construída num longo e lento processo desencadeado sobre as formulações do senso comum, sobre as representações da cultura popular, caracterizada por sua heterogeneidade e fragmentação. Nesse processo, os intelectuais comprometidos com essas classes teriam um papel fundamental a desempenhar a fim de destacar os elementos politicamente relevantes dessa cultura, para promover a atuação coletiva. Esse tema será melhor desenvolvido em estudos posteriores, escritos no cárcere, quando ele aponta os intelectuais como mediadores entre infra-estrutura e superestrutura, capazes de estabelecer a organicidade entre teoria e prática.

## Os intelectuais orgânicos

---

Segundo Gramsci (1982), o processo histórico de formação das diversas categorias intelectuais assumiu várias formas, entre as quais destaca as duas mais importantes:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc.

Cada grupo social “essencial”, contudo, surgindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até aos nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas.

A mais típica destas categorias intelectuais é a dos eclesiásticos [...] (GRAMSCI, 1982, p. 3-5).

Para Gramsci (1982), embora todos os homens sejam intelectuais, nem todos desempenham essa função social. Por esse motivo, a criação de uma nova camada intelectual exigiria um esforço de elaboração crítica dessa atividade que existe em cada um. Nesse processo, o partido político poderia assumir um papel relevante – quer ao elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos, quer ao proporcionar a fusão entre os intelectuais orgânicos de um dado grupo e os intelectuais tradicionais –, buscando aperfeiçoar os próprios componentes para transformá-los em intelectuais políticos qualificados, elementos de um grupo social nascido na base material.

Reafirmando terem os homens a capacidade indissociável de ação e reflexão sobre a sua vida, o teórico italiano sinalizava a necessidade de destruição do

preconceito que lhes nega essa capacidade. Isso porque todos os homens são “filósofos”, e a filosofia de que comungam está presente na linguagem, como conjunto de noções e conceitos determinados, no senso comum e no bom senso, na religião popular e em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam no folclore.

## O senso comum

Considerando-se que todos os homens são filósofos, a eles se oferecem as opções de pensar sem ter consciência crítica e de participar de uma concepção de mundo imposta pelo meio social em que estão mergulhados, aceitando-a passivamente, ou de elaborar a própria concepção de mundo de maneira crítica e consciente, para a construção de sua própria história, como guias de si mesmos. Por isso, a necessidade de combater as formulações do senso comum como condição indispensável para construir uma oposição conseqüente à sociedade capitalista. Gramsci (1989, 2001) busca caracterizá-lo, demarcando o seu alcance e a necessidade de sua superação. Para ele,

[...] quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é composta de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista; preconceitos de todas as fases históricas passadas, grosseiramente localistas, e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento

mundial mais desenvolvido. Significa, portanto, criticar, também, toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário. Deve-se fazer, inicialmente, este inventário (GRAMSCI, 1989, p. 12, 2001, p. 94).

Entretanto, a filosofia a ser elaborada não poderia confundir-se com a religião – considerada o senso comum desagregado, mas ponto de partida necessário para se proceder à crítica –, tendo em vista a forte presença do catolicismo na Itália. Para Gramsci, a filosofia da práxis<sup>9</sup> tem uma posição antitética à católica na medida em que a primeira procura conduzir aqueles que possuem noções de senso comum a uma nova concepção de vida, enquanto a segunda busca mantê-los na mesma situação.

Em *Literatura e vida nacional*, Gramsci (1986, p. 6) afirma que a crítica literária própria à filosofia da práxis “deve fundir a luta por uma nova cultura, isto é, por um novo humanismo, a crítica dos costumes, dos sentimentos e das concepções do mundo com a crítica estética ou puramente artística”. O autor constata que a vida dos camponeses ocupa espaço maior na literatura italiana como expressão do “folclore”, ou seja, como senso comum a ser superado.

Para ser eficaz, a contra-ideologia ou a nova concepção de mundo a ser construída deve ter a solidez formal das crenças religiosas. Segundo Gramsci (2001),

---

<sup>9</sup> São seus sinônimos: “materialismo histórico” e “marxismo”. A expressão “filosofia da práxis” era empregada em razão da censura a que eram submetidos os escritos de Gramsci no cárcere.

referências ao senso comum e à solidez de suas crenças encontram-se freqüentemente em Marx. Contudo, trata-se de referências não à validade do conteúdo de tais crenças, mas sim à sua solidez formal e, conseqüentemente, à imperatividade quando produzem normas de conduta. Aliás, em tais referências, está implícita a afirmação da necessidade de novas crenças populares, isto é de um novo senso comum e, portanto, de uma nova cultura e de uma nova filosofia, que se enraízem na consciência popular com a mesma solidez e imperatividade das crenças tradicionais (GRAMSCI, 2001, p. 118-119).

Dessa maneira, um movimento cultural que pretenda substituir o senso comum não pode ser “doutrinário”, talvez, insistente ao repetir os mesmos argumentos como meio didático e ao trabalhar “na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam com ela para se tornarem seus ‘espartilhos’. Esta segunda necessidade, quando satisfeita, é a que realmente modifica o ‘panorama ideológico’ de uma época” (GRAMSCI, 2001, p. 110).

Vale lembrar que o conceito gramsciano de ideologia abarca desde o senso comum até a ciência, cuja marca ordinária é a transitoriedade. Porém, a hegemonia de uma nova concepção de mundo é processo histórico de construção que implica a superação do senso comum. Além disso, a noção de hegemonia não pode ser compreendida dissociada do conceito de bloco histórico: conjunto contraditório e discordante da estrutura e das superestruturas<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Segundo Gramsci (1989, p. 52, 2001, p. 250), “a estrutura e as superestruturas formam um “bloco histórico”, isto é, o conjunto complexo – contraditório e discordante – das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção”.

Para Gramsci, toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica. Nesse processo educativo, no campo da ciência, devem ser feitos esforços para evitar erros metodológicos, como o de ser injusto com os “adversários”. Ao contrário, deve-se empreender um esforço “para compreender o que eles realmente quiseram dizer, e não fixar-se maliciosamente nos significados superficiais e imediatos das suas expressões”. Com isso pode-se elevar o tom e o nível intelectual dos próprios seguidores, para que estes possam “discutir e sustentar o próprio ponto de vista em discussões com adversários capazes e inteligentes, e não apenas com pessoas rústicas e despreparadas, que se convencem ‘por autoridade’ ou por via ‘emocional’” (GRAMSCI, 2001, p. 123-124).

### Os “desvios” da filosofia da práxis

---

Gramsci teve uma trajetória marcada pela disciplina intelectual e pela crítica radical – no intuito de buscar o entendimento das coisas pela raiz – da sociedade capitalista e, em particular, da Itália de seu tempo, a partir da filosofia da práxis. Entendida por ele como concepção nova, independente, original; como expressão das contradições históricas, a filosofia da práxis é também, por isso, devenir: transforma-se como são transformadas continuamente as relações sociais, num movimento dialético que revela unidade entre teoria e prática. A compreensão que tem dessa perspectiva é radicalmente histórica, a ponto de declarar que a filosofia da práxis será superada; do mesmo modo, considera ser um pensamento dogmático, erro anti-histórico e resíduo de metafísica, “a anacrônica

pretensão de que no passado se devesse pensar como hoje”. (GRAMSCI, 1989, p. 173).

Da mesma forma que procurou conhecer criticamente a sociedade de seu tempo e o seu espaço, o teórico italiano realizou com igual rigor a crítica das tendências da filosofia da práxis, que ora caíam no dogmatismo, ao substituírem as interpretações e construções históricas pela descrição exterior, ora caíam no idealismo, substituindo a história processual pela fragmentada. Por um lado, como defensor da ortodoxia, combateu as elaborações autodenominadas ortodoxas, cujo mecanicismo transmutava-se numa perspectiva positivista<sup>11</sup>. Por outro lado, condenou a aproximação indébita de categorias marxistas pelo ecletismo, em especial por meio das iniciativas revisionistas. Polemizou com Plekhanov, Bukharin, Kautsky, também com Croce e Gentile.

Na crítica à primeira vertente, não deixou de reconhecê-la como uma tentativa de combate à ideologia das massas populares, mas que, para se tornar acessível a essas massas, se combinou com expressões culturais vulgares, supersticiosas, manifestando-se mediante o “mais cru e banal materialismo” (GRAMSCI, 1989, p. 101). Isso resultou na redução de “uma concepção do mundo a um formulário mecânico que dá a impressão de poder colocar toda a história no bolso” (idem, p. 152).

---

<sup>11</sup> Gramsci (1989, p. 133), ao comentar análises positivistas, afirma que se contentam em repetir, “como um ‘formulário mecânico’, a descrição de uma série de fatos mais ou menos individuais que duplica o fato, descrevendo-o e generalizando-o em uma fórmula e, após a formulação do fato, estabelece a lei do próprio fato”.



No entanto, para ele, a concepção de mundo inerente à filosofia da práxis, sendo história múltipla e diversificada, não poderia se enquadrar em esquemas que incentivassem ações improvisadas. No seu entender, essa tendência capitulava diante da dificuldade de conceber a filosofia, abandonando a dialética e incidindo no dogmatismo, na metafísica. Para Gramsci, a não-compreensão da filosofia da práxis como “metodologia histórica” permitiu a construção de “uma casuística de questões particulares, concebidas e resolvidas dogmaticamente, quando não são resolvidas de uma maneira puramente verbal, através de paralogismos tão ingênuos quanto pretensiosos” (GRAMSCI, 1989, p. 161). Assim é que a ortodoxia, nessa perspectiva “desviante”, foi identificada com a recorrência a objetos “materiais”.

Na crítica à segunda vertente, quando procurou acertar contas com sua formação, Gramsci mostra que, sendo esta uma reação ao “economicismo” e ao mecanicismo fatalista expressos na primeira vertente, representava a tentativa de liquidação da filosofia da práxis pela destruição de sua base epistemológica. Contrariando a perspectiva de entendimento da história como processo contraditório, nessa tendência passou a ser valorizada a história factual, parcial, conciliatória, representada por “figuras desossadas, sem esqueleto, de carnes flácidas e fracas, mesmo que sob as tinturas das belezas literárias do escritor” (GRAMSCI, 1989, p. 233). O “historicismo” dessa tendência, para Gramsci, nada mais era do que “uma questão escolástica de palavras” (idem, p. 252), uma forma de moderação política advinda das concepções liberais reformistas. Elementos da filosofia da práxis foram absorvidos ou incorporados pelas correntes idealistas, pelos intelectuais das classes dominantes, dado que

[...] não poderiam deixar de utilizar pelo menos alguns dos elementos da filosofia da práxis, a fim de fortalecer as suas concepções e atenuar o decrépito filosofismo especulativo com o realismo historicista da nova teoria, a fim de fornecer novas armas ao arsenal do grupo social ao qual estavam ligados. (GRAMSCI, 1989, p.101).

## As estratégias políticas de transformação social

---

A análise concreta da realidade, que a ciência da história exigia (e exige), fez com que Gramsci desenvolvesse outros aspectos da questão revolucionária. Escreveu sobre a Itália e sobre estratégia e táticas que deveriam ser utilizadas, de acordo com as características peculiares daquele país, para alcançar o poder. No entanto, ao procurar entender a singularidade italiana, como expressão da sociedade capitalista do tipo ocidental – em contraposição à do tipo oriental que teria por paradigma a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) –, pôde construir categorias de caráter universal aplicáveis a outras realidades singulares. Isso não eximiria, contudo, os intelectuais orgânicos, nessas realidades singulares, do conhecimento das suas necessidades gerais.

Nessas nações de tipo ocidental deveria ser priorizada e travada uma “guerra de posição”, para serem ocupados postos estratégicos das estruturas da sociedade civil e, por extensão, do Estado, pois difeririam das de tipo oriental pelo grau de complexidade organizacional da sociedade civil, instância do consenso da hegemonia, na teoria de Estado construída por Gramsci. No caso da URSS, nação de tipo oriental, o embate ideológico ficou num segundo plano; partiu-se, sem mediação, para a “guerra de movimento”. Tanto em uma forma quanto em outra, seria fundamental, para Gramsci, que se garantisse a hegemonia

da concepção de mundo da classe revolucionária, sem a qual se revelaria impossível manter o controle da sociedade política, instância da coerção.

A teoria de Estado gramsciana é bastante complexa. Para compreendê-la exige-se a leitura sistemática de sua obra, sempre sujeita a muitas interpretações, mas capaz de inspirar movimentos de transformação social. Tendo por base que o grande desafio é a construção de um novo bloco histórico (estratégia) e de uma nova hegemonia, nas instâncias de coerção (sociedade política) e de consenso (sociedade civil), não se pode perder de vista nem as relações sociais de produção nem as manifestações ideológicas das classes fundamentais complementares e antagônicas (e suas concepções de mundo) no bloco histórico capitalista.

Esquemáticamente:



Gramsci mostrou que novas exigências históricas demandam reconsiderações táticas e apontou um caminho que deve ser perseguido de maneira crítica. Contudo, é

<sup>12</sup> Ver nota 8.

um caminho não totalmente aberto que, mais dia, menos dia, deverá ser explorado.

Em março de 1927, Gramsci, há alguns meses prisioneiro, escrevia para sua cunhada Tânia:

A minha vida transcorre sempre igualmente monótona. Mesmo estudar é muito mais difícil do que pareceria. Recebi alguns livros e, em verdade, leio muito (mais de um volume por dia, além dos jornais), mas não é a isso que me refiro; falo de outras coisas. Estou dominado por essa idéia: que precisaria fazer alguma coisa *für ewig* [...] pretenderia, segundo um plano estabelecido, ocupar-me intensa e sistematicamente de algum tema que me absorvesse e centralizasse a minha vida interior. (GRAMSCI, 1987b, p. 50).

Gramsci escreveu que precisaria fazer alguma coisa “para a eternidade”, explica a nota do tradutor, ou seja, precisaria fazer algo que, apesar do tempo, continuasse a ter validade universal. De fato, ele deixou escritos que têm uma importância indiscutível e continuam válidos para a compreensão da sociedade contemporânea, desde que, para garantia de coerência com sua proposta teórica, também sejam considerados em sua historicidade.

## No mesmo campo teórico? O desacordo

---



ode causar estranheza a muitos, sobretudo aos desavisados e àqueles que não a leram, que a produção de Gramsci seja empregada para criticar a posição de intelectuais

orgânicos de movimentos sociais que, se sabe, também têm o teórico político italiano como referência. Intelectuais de outros matizes teóricos equivocadamente fazem críticas a essa produção, por se pautarem em leituras de segunda mão, num procedimento arriscado para quem, ao invés de confiar em “intérpretes”, tem condições de ler os textos do autor, mesmo traduzidos. Entretanto, na leitura dos primeiros suspeita-se que a obra de Gramsci tenha sofrido os efeitos das distorções que ele próprio denunciou da filosofia da práxis: de um lado, desembocando no positivismo; de outro, no idealismo.

Como se mostrou no item anterior, “desvios” de interpretação têm tornado esses pensadores, dentro e fora da produção marxista, adversários fáceis da argumentação conseqüente, em decorrência do mecanicismo e da adoção das mais cômicas formas de combinações teóricas. Muitos quiseram ler em seus trabalhos mais do que estava escrito. E, no ímpeto de buscar respostas imediatas para problemas de difícil solução, foram (ou são) presas do dogmatismo anacrônico, do ecletismo e do “pós-modernismo”, cujos perigos serão apresentados no tópico seguinte.

Conforme se discutiu em outra oportunidade (VALENTE, 2006), em respeito ao tratamento oferecido à questão dos “desvios” de interpretação no interior da produção teórica marxista, dever-se-ia considerar que a análise gramsciana desconsidera sua diversidade. Afinal, se, por um lado, tropeça-se numa armadilha positivista, haja vista o economicismo e o mecanicismo fatalista; e, por outro, escorrega-se numa cilada idealista, grosso modo, não haveria qualquer diferença entre a autodenominada

ortodoxia e o revisionismo eclético. Contudo, de maneira matizada, percebe-se que o erro é menor no primeiro caso do que no segundo. Isso porque, entre os que caem no idealismo, as condições objetivas são abandonadas, o que implica a destruição da base epistemológica do marxismo, que é materialista. Mas se o erro é menor entre os “ortodoxos”, não é por essa razão que deixa de ser um deslize no marxismo. Ora de um lado, ora de outro, houve contaminação pela prática eclética, perdendo-se a compreensão da totalidade reclamada por esse aporte teórico, que se expressa nas relações dialéticas entre condições objetivas e subjetivas da realidade. E não se percebe outra maneira de respeitar o método herdado, senão radicalizando a perspectiva histórica que faz emergir o “novo”, que reclama por explicações, reconhecendo e evitando esses e outros desvios da perspectiva fundadora, ela mesma exposta as suas exigências metodológicas.

No entanto, pode permanecer a dúvida: a quem cabe apontar o erro? Perceba que, em última análise, está sendo dito que “alguns” e não “todos” entenderam o que Marx realmente quis dizer. Entre “nós” haveria alguns mais esclarecidos ou intérpretes mais rigorosos das palavras e do método proposto por Marx. Enquanto houve (e há) quem se escudasse (escude) apenas em suas palavras, alguns perceberam as exigências teóricas e práticas da ciência da história. Como se afirmou, instaurou-se a disputa de interpretações no campo do marxismo. Em jogo, mais do que o debate puramente teórico-intelectual: um desacordo no tocante à estratégia e às

táticas políticas que poderão ser utilizadas para a transformação social.

## Dos perigos do ecletismo e do pós-modernismo

---

A obra de Marx oferece inúmeros exemplos de como é possível dialogar com outras perspectivas de compreensão da realidade, para construir uma perspectiva teórica nova e original. Em decorrência do diálogo possível entre essas perspectivas, principalmente a partir dos resultados de sua reflexão, justifica-se a incorporação de conceitos formulados com base em matriz teórica diversa para que possam ser superados e redimensionados em sua complexidade (VALENTE, 2006).

Conforme Lukács,

[...] o marxismo ortodoxo não significa, pois, uma adesão sem crítica aos resultados da pesquisa de Marx, não significa uma 'fé' numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro 'sagrado'. A ortodoxia em matéria de marxismo refere-se, pelo contrário, e exclusivamente, ao *método*. Implica a convicção científica de que, com o marxismo dialético, se encontrou o método de investigação justo, de que este método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoado no sentido dos seus fundadores; mas que todas as tentativas para o superar ou 'melhorar' levaram apenas à sua vulgarização, a fazer dele um ecletismo – e tinham necessariamente que levar aí. (LUKÁCS, 1989, p. 15-16, grifo do autor).

O discurso construído pelas ciências especializadas, de um franco antagonismo à análise marxista, como se

deu com o positivismo, passou a incorporar muitas de suas categorias. Isso deu-se *pari passu* com o aprofundamento das contradições do capitalismo, como forma de conferir maior fôlego a esses discursos de apologia ao capital, promovendo o ecletismo metodológico ou a prática eclética, afeita à extração de conceitos dos corpos teóricos de origem e ao seu livre manejo. O ecletismo estabelece-se mediante o processo de “justaposição” de conceitos e não de “incorporação-superação”, considerado pertinente.

Mais difícil é aceitar a elaboração de análises e reflexões desconexas e incoerentes, especialmente no embalo do que se convencionou chamar de “crise de paradigmas”, que arditamente espalhou o chamado discurso pós-moderno. Na perspectiva de compreender o pós-modernismo, explica Hobsbawm:

Quando enfrentam o que seu passado não as preparou para enfrentar, as pessoas tateiam em busca de palavras para dar nome ao desconhecido, mesmo quando não podem defini-lo nem entendê-lo. Em determinado ponto do terceiro quartel do século, podemos ver esse processo em andamento entre os intelectuais do Ocidente. A palavra-chave era a pequena preposição ‘após’, geralmente usada na forma latinizada ‘pós’ ou ‘post’ como prefixo para qualquer dos inúmeros termos que durante algumas gerações foram usados para assinalar o território mental da vida no século XX. O mundo, ou seus aspectos relevantes, tornou-se pós-industrial, pós-imperial, pós-moderno, pós-estruturalista, pós-marxista, pós-Gutenberg, qualquer coisa. (HOBSBAWM, 1995, p. 282).

Invariavelmente, quando se pretende discutir a famosa “crise”, centra-se atenção e fogo nas chamadas



metalinguagens e, particularmente, no que se considera ser o “marxismo”. O mais interessante é que essa crítica vem sendo anunciada, especialmente, por não marxistas e, pior e mais cansativo, pelo coro dos “arrepentidos”: aqueles que fizeram de Marx apenas uma profissão de fé, um dogma no qual encontrariam todas as respostas para todos os impasses do mundo. Definido o “marxismo” como alvo predileto do ataque pós-moderno, o embate teórico já é reduzido ao maniqueísmo simplificador.

No campo da Antropologia, Marcus (1994) aponta os três efeitos mais importantes nas atuais práticas antropológicas que se associam ao pós-modernismo: a idéia de uma diferença radical dos objetos culturais; a premissa de que não há possibilidade de um sentido fixo, final dentro da antropologia; e a noção de justaposição, que coloca lado a lado coisas incomparáveis. O autor afirma que “esses três desafios às formas e premissas convencionais de onde a etnografia foi concebida leva ao ‘texto confuso’, que é a forma de experimentação mais complexa e interessante que está sendo produzida atualmente com o texto etnográfico” (MARCUS, 1994, p. 14). Explica que:

[...] textos confusos são confusos porque insistem em se manterem abertos, incompletos e inseguros quanto ao modo de finalizar um texto ou uma análise. Tal abertura sempre marca uma preocupação com a ética do diálogo e do conhecimento parcial; um trabalho é incompleto sem as reações críticas e diferentemente posicionadas de seus (esperados) vários leitores. (MARCUS, 1994, p. 17).

Entretanto, para esse autor, os textos confusos não devem ser tomados como modelos a serem seguidos. Apenas “representam os efeitos profundos e importantes

do debate pós-moderno nos estilos pessoais de pensamento e trabalho em disciplinas estabilizadas” (MARCUS, 1994, p. 29), quando os debates no mundo contemporâneo em termos de pós-modernismo sinalizam para seu esgotamento.

Contudo, o anunciado esgotamento do discurso pós-moderno não nos autoriza a abandonar a discussão sobre a necessidade de relativizar a perspectiva relativista associada a ele e a uma marca da tradição antropológica. Como bem lembra Velho (1991), o sucesso público da Antropologia é em parte explicado pelo relativismo e seus desdobramentos, em especial, a valorização da diversidade. No entanto, na esteira de outros estudos que passam a refletir sobre as adesões ao discurso relativista, esse antropólogo passa a considerá-lo como parte do “metadiscurso niilista moderno”. Velho (1991, p. 121) não economiza palavras para caracterizar esse discurso “ao qual, por seu intermédio, se integram *malgré eux* os antropólogos”: ação de retaguarda que se pretende central, (auto) mistificador, arrombador de portas abertas.

Não há como ou porque negar as mudanças da realidade, que se apresenta como “nova”. Trata-se de uma realidade tão complexa que deve ser conhecida. Mas deve-se, antes de tudo, indagar se estamos falando de outra realidade que não seja aquela do capitalismo, sem que possa ser julgado como no passado, porque transformado. Para os pós-modernos, a realidade social da atualidade é tão inusitada e carregada de matizes que nenhum sistema teórico, sobretudo “o marxismo”, com sua pretensão de totalidade, seria capaz de captá-la. É apenas possível estudar a especificidade e a

singularidade dos fenômenos e, por isso, pode-se descrevê-los de forma fragmentada e isolada, perdendo-se a explicação e a compreensão do real em sua globalidade. Portanto, abandonando-se toda e qualquer referência teórica válida, são buscadas novas referências que propiciem respostas adequadas aos problemas colocados pela contemporaneidade.

A “nova” realidade que presenciamos deve ser compreendida e não parece ter qualquer sentido imaginar que tenha ocorrido a superação de perspectivas que partem do reconhecimento de que são históricos e, portanto, transformam-se toda ação e todo conhecimento humanos. Realmente, tem faltado o esforço intelectual de alguns para a produção de conhecimento sobre aquilo que “aparece” como novo. Se concordarmos ser indissociável a relação entre teoria e prática e serem estas construídas a partir da reflexão sobre dada realidade, certamente, ante o “novo”, novas categorias teóricas deverão ser construídas para dar conta de sua explicação, de sua compreensão. Em razão disso, é importante frisar que os conceitos de que hoje dispomos, a partir de paradigmas definidos, são condição imprescindível para a produção do conhecimento, quer sobre o passado, quer sobre o presente. Nesse caso, abre-se, inclusive, a possibilidade de dialogar com as abordagens ecléticas e pós-modernas, seguindo o ensinamento de Marx.

## Crise de paradigmas?

---

A observação de Abramovay também deve ser relativizada:

Uma crise de paradigmas se instala quando os pesquisadores de determinada área começam a se questionar a respeito das

teorias e dos métodos com que trabalham, muito mais do que aplica-los a estudos empíricos específicos. Se isso é verdade, não há dúvida de que esta crise atingiu a fundo – e não só no Brasil – os estudos agrários. (ABRAMOVAY, 1998, p. 249).

O autor, embora proceda no livro referenciado à crítica de perspectivas marxistas, reconhece que, rigorosamente, não existe teoria marxista da questão agrária, “além das anotações de Marx sobre o problema da renda fundiária” (ABRAMOVAY, 1998, p. 250). Porém, pode-se revisitar *O capital* (MARX, 1980) para verificar que há importantes referências aos “camponeses”, embora não tenham sido o objeto de reflexão sistemática (VALENTE, 2007)<sup>13</sup>. O paradigma marxista – que não se resume à reflexão do fundador cuja produção teórica é datada, mas se renova em seguidores que procuram aperfeiçoá-lo no sentido original – não foi superado e não sofreu os efeitos de tal “crise”, a não ser no sentido conferido por Gramsci (1989, p. 255): “Quantas vezes não se falou de ‘crise’ da filosófica da práxis? Não significará por acaso, a própria vida que procede através de negações?”.

Hoje, mais do que em outras épocas, quando é alardeado o fracasso da perspectiva marxista, como decorrência dos acontecimentos que afetaram o mundo a partir de 1989, caberia indagar se não expressa a derrota definitiva da elaboração teórica mecanicista que Gramsci combateu no início do século 20. O colapso do “socialismo

---

<sup>13</sup> VALENTE, Ana Lúcia E. F. **O processo de “recampesinização” e Marx revisitado**. 2007. No prelo.

real” despertou um sentimento de orfandade em muitos. O desalento provocado pela sensação de perda tem levado alguns a jogarem fora não só a água da bacia com a criança junto, mas também a bacia. Ao que parece, é a incompreensão do que propõe a ciência da história que tem provocado discussões muitas vezes destituídas de sentido. Isso porque essa perspectiva parte justamente do reconhecimento de que é histórica toda ação e conhecimento produzidos pelo homem. Dizer que são homens de outras épocas é uma redundância. Marx e seguidores sabiam, certamente, que não poderiam ser “eternos” e aventar essa possibilidade seria subestimá-los, interpretá-los equivocadamente. Quando pensadores marxistas são colocados no “banco dos réus”, sem que lhes seja assegurado um julgamento justo, quer dizer, histórico, é porque, arbitrariamente, foram escolhidos como responsáveis pelos equívocos de muitos daqueles que se escudaram apenas em suas palavras.

Contudo, enquanto o capitalismo for capitalismo, é evidente que categorias de análise construídas por Marx para a sua compreensão, no século 19, serão indispensáveis para a compreensão dessa mesma sociedade. De outra maneira, como entender a história como um processo? Outros seguidores como Lênin e Gramsci também deixaram um legado importante, dando continuidade à rota teórico-política iniciada pelo primeiro: enfrentaram questões práticas imediatas e concretas de sua época e de seus países e estimularam a reflexão de outros estudiosos, que se propuseram a seguir o mesmo caminho. A compreensão da ciência da história – história como processo, história das relações do homem com seus

semelhantes e com a natureza – permite a superação desses “mal entendidos”. Nessa perspectiva teórica, em princípio, não há lugar para dogmas, não há prática conseqüentemente revolucionária sem teoria e as exigências históricas, em constante transformação, reclamam pela adequação tanto dessa prática quanto da teoria. Essas transformações progressivas levam a uma crescente complexidade dos problemas a enfrentar antes, durante e depois de uma eventual ação revolucionária.

Com base nessas considerações, há de se refletir sobre as conseqüências provocadas pelo distanciamento entre teoria e prática, sobre a atitude de “contemplação” ante o conhecimento produzido por Marx, Lênin, Gramsci, sobre o “praticismo” que, sistematicamente, tem marcado as experiências dos partidos e das organizações populares e sobre as tentativas de cristalização da história, procurando levar à inércia o que é dinâmico. A tarefa de construção de uma sociedade com outra lógica é das mais pesadas e reclama por uma paciência incomum. O esforço intelectual a ser empenhado para a compreensão desse momento histórico é grande, sem o que qualquer ação pode se tornar inócua, pois espontaneísta. Gramsci mostrou que novas exigências históricas demandam reconsiderações estratégicas e apontou um caminho que deve ser perseguido de maneira crítica.

Colocados os termos da argumentação de que a perspectiva pós-moderna não apresenta novidade, deve-se dizer que a chamada crise dos paradigmas, tal como está sendo colocada, é uma questão mal formulada visto que as principais acusações dirigidas, por exemplo, aos marxistas, já foram apontadas por marxistas. Do mesmo

modo, não se pode deixar de dizer que transformaram o pós-modernismo numa perspectiva central da ciência, o que não é. As reflexões iniciais de Lyotard (1986), nas quais caracterizou o “estado pós-moderno” – portanto, passageiro, provisório –, não foram senão uma descrição do sistema de ensino canadense<sup>14</sup>, talvez mal contextualizado como parte da própria modernidade. No entanto, toda essa confusão tem sido eficaz para enganar os incautos e tem se transformado numa verdadeira mania que não deveria atingir com tamanha turbulência e irracionalismo aqueles que são comprometidos com a produção de conhecimento.

Fala-se muito em crise, mas, afinal, não a definem, não apontam suas implicações e os possíveis desdobramentos. Sem dúvida uma crise está em marcha: uma crise sem precedentes da sociedade capitalista, como organização histórica não superada, em coerência com a tradição marxista. E, mais uma vez, não se trata de transformar o capitalismo em “elemento explicativo das mais variadas realidade sociais”, “como elemento explicativo do atraso, do progresso, da miséria, da opulência, do desenvolvimento e do subdesenvolvimento” (ABRAMOVAY, 1998, p. 250). Mas, como mostra o autor, no tocante à agricultura, é decisivo o papel que desempenha no processo permanente de diminuição do custo de reprodução da força de trabalho, apesar do fato de estar assentada em base natural, o que a torna avessa a processos capitalistas de produção: a particularidade

---

<sup>14</sup> Lyotard (1986, p. 17) explica, na introdução deste trabalho, que “o texto... é um escrito de circunstância. É uma exposição sobre o saber nas sociedades mais desenvolvidas, proposto ao Conselho das Universidades junto ao governo de Quebec, a pedido do seu presidente”.

agricultura. Estar atento às especificidades e particularidades sociais e históricas não significa abandonar a referência à organização hegemônica para melhor compreendê-las, já que é essa lógica que se pretende superar.

Cabe a nós compreender esse movimento, dispondo dos recursos teóricos construídos ontem, mas também hoje e amanhã, como se espera da ciência, que se desenvolve porque há dúvidas, incertezas. No entanto, vale a recomendação de que as diferenças entre as epistemologias existentes deveriam ser conhecidas e compreendidas. Isso porque colocam questões teóricas que, essas sim, não são falsas. Por essa razão, negligenciar a diversidade de seus compromissos pode ser bastante perigoso, especialmente se for considerado o pressuposto de que não há neutralidade teórica à luz do processo histórico de construção do conhecimento.

### Sobre as deficiências teóricas dos intelectuais orgânicos dos movimentos sociais

---

Entre os intelectuais citados anteriormente que defendem a oposição do agronegócio à agricultura familiar – Delgado (2001, 2005), Oliveira (2004) e Fernandes (2001) – apenas este último explicita em seu currículo Lattes o vínculo com o MST e o que diz e escreve deve ser expressão de posicionamento intestino. Porém, considerando o título do artigo – “Quem sabe faz a hora não espera acontecer”: o MST como movimento socioterritorial moderno –, Oliveira (2005) lhe é simpático. A mesma afirmação não se pode fazer sobre o economista



do Ipea, mas ao respaldar essa oposição é *persona grata* no movimento social. Como membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, órgão vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e colunista do *Correio da Cidadania*, tem artigos reproduzidos nas páginas oficiais de várias organizações da sociedade civil. Ao que parece, não se trata de intelectuais de igual matiz.

Entretanto, à luz dos excertos da reflexão gramsciana, não há como deixar de identificar o que vem sendo dito e escrito na perspectiva dessa oposição com as tendências do marxismo que caíram na armadilha positivista, tornando-se dogmáticas ao substituírem as interpretações e construções históricas pela descrição exterior. Também é possível perceber alguma sintonia com os “textos confusos”, que caracterizam os trabalhos incompletos, sem a aceitação de reações críticas, que se valem do discurso pós-moderno: “arrombador de portas abertas”.

Considerada, por isso, uma perspectiva “desviante”, essas tendências substituem a reflexão rigorosa procurando resolver questões de maneira ingênua, pretensiosa e puramente verbal, por meio de falsos raciocínios e sofismas que também primam pela superficialidade. Dessa maneira, aqueles que deveriam ser o “cimento” das estruturas e superestruturas, fácil e ingenuamente, deixam-se enredar em caminhos de exaltações verborrágicas, pouco convincentes para o conjunto da sociedade e colocam de lado o acúmulo de conhecimento de suas ciências especializadas e outras afins, que poderia ser utilizado para construir argumentos mais robustos para o combate que empreendem. É o que fazem ao centrar a crítica no agronegócio.

Poder-se-ia buscar auxílio nas reflexões de Bourdieu (1982) e argumentar que as palavras não são neutras ou inocentes, assim como se afirmou sobre as teorias. Contudo, o sociólogo francês destaca a importância de se ter conhecimento da gênese de uma palavra. Além disso, afirma que o recurso a uma linguagem neutralizada se impõe todas as vezes que se estabelece um consenso prático de agentes dotados de interesses parcial ou totalmente diferentes, ou seja, no campo da luta política legítima, mas também nas transações e interações da vida cotidiana. Por um lado, pode-se admitir que a comunicação entre classes represente sempre uma situação crítica para a linguagem utilizada e que cada palavra pode ser ameaçada de tomar dois sentidos antagônicos segundo a maneira como o emissor e o receptor irão interpretá-la. Mas, por outro, a eficácia simbólica das palavras não pode ser compreendida se for reduzida aos mal entendidos dos indivíduos em oposição. Para Bourdieu (1982, p. 103), desde que se trate a linguagem como objeto autônomo, aceitando a separação entre a ciência da língua e a ciência dos usos sociais da língua, condena-se a buscar o poder das palavras nas palavras, quer dizer, onde não está. Esse poder é aquele delegado ao porta-voz do discurso de diferentes instituições<sup>15</sup>. No caso aqui tratado, aos “porta-vozes” dos movimentos sociais que lutam pela terra.

Como se disse, o termo “agronegócio” é neologismo do conceito clássico de *agribusiness*, cujo corpo

---

<sup>15</sup> Bourdieu (1980, p. 119) faz referência à crise da linguagem religiosa cuja eficácia se reduz não porque foi destruído o universo de representações, mas devido à implosão de relações sociais que constituíam essa linguagem.

teórico de origem é positivista, proposto no final dos anos 1950, e não na década, de 1990 como afirma Fernandes. Na última década, consolidou-se um programa de pesquisa e ensino nesse campo. Talvez isso se explique por desinformação ou por ter se fixado no significado superficial e imediato dessa expressão, tal como vem sendo manipulada e apropriada como senso comum por representantes do segmento vinculado ao “agronegócio de base patronal”. Dessa maneira, supervaloriza-se sua capacidade analítica para, empregando a linguagem popular, literalmente dar um “tiro no próprio pé”. Isso porque o espaço que reivindicam para a produção em pequena escala, de caráter familiar, há muito foi conquistado no agronegócio, como demonstram as estatísticas utilizadas por esses mesmos intelectuais.

Realmente, capitula-se ante o que é considerado uma apropriação indébita do termo por aqueles segmentos julgados “adversários”, que lhes impõem o seu senso comum. Perdem a oportunidade de criticá-lo, ao perderem-se numa disputa que se dá no plano da linguagem, fadada ao insucesso. Isso porque a realidade concreta a desdiz: a agricultura familiar já tem sua importância reconhecida na política de segurança alimentar, por prover o mercado interno de alimentos e matérias-primas, bem como por oferecer contribuições para a sustentabilidade e equidade de inclusão social. Também não se pode afirmar que esses “adversários” dominem a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento, como comprova a publicação da Embrapa citada no início deste texto, mesmo que seja possível denunciar que

práticas difusionistas<sup>16</sup> ainda caracterizem as relações dos pesquisadores com os agricultores familiares.

Tomar o agronegócio como sinônimo de capitalismo tampouco sinaliza uma análise coerente. Afinal, se o capitalismo é organização social a ser superada, a dinâmica da agricultura ainda está submetida formal ou realmente à sua lógica, em que pese a sua particularidade. Desconsiderar que se trata de organização hegemônica é negligenciá-la como bloco histórico, no qual as relações de produção estabelecem contradições e discordâncias com as superestruturas. Essa superação, que permitirá a construção de um novo bloco histórico, não se faz com falseamento da realidade, como se fosse possível, num estalar de dedos, alterar a correlação de forças políticas existentes. Mas parece que alguns intelectuais orgânicos pretendem fazer com que os movimentos sociais que lutam pela terra criem nisso. E o verbo “crer” nesse caso é adequado.

A filiação desses movimentos à Igreja Católica no Brasil, como o MST, via Comissão Pastoral da Terra (CPT), não contribui para que a superação do senso comum se realize, mesmo porque a instituição eclesial não é imune às contradições presentes na sociedade de classes. Também não se pode desconsiderar os significados políticos das mudanças na Igreja visando a sua manutenção e sobrevivência institucional. A leitura “religiosa” da sociedade não se apresenta como o melhor caminho para que o senso comum seja criticado. Contudo,

---

<sup>16</sup> Brasil (2004).

mesmo que a religião seja expressão do senso comum desagregado, é possível concordar com Portelli (1984, p. 31-32), o qual sustenta que a ideologia religiosa pode oferecer às classes subalternas a base para uma ação positiva, à luz do pensamento de Gramsci acerca da religião. Porém, nem toda ideologia religiosa seria necessária, mas tão-somente aquela que corresponde a um movimento popular visando combater a passividade dessas classes; não para mantê-las na sua “filosofia primitiva”, convencendo-as “por autoridade” ou “via emocional”, como alerta o teórico italiano, mas para lhes dar condições de sustentar suas convicções diante de um público preparado.

Fávero (2006) estudou o Movimento de Educação de Base (MEB), de 1961 a 1966, criado pela Igreja Católica, por meio da CNBB. Ele foi inicialmente concebido como programa de educação de base, mediante escolas radiofônicas, principalmente nas zonas rurais das regiões subdesenvolvidas, segundo o linguajar da época, com forte atuação na Região Nordeste. Sua proposta era alfabetizar e divulgar noções de saúde, de associativismo, de procedimentos técnicos de agricultura. Entre as muitas contradições do movimento examinadas pelo autor, a pergunta crucial: “Pode um movimento educativo promovido pela Igreja, patrocinado pelo Estado e coordenado por agentes em sua maioria provindos da pequena burguesia tornar-se um movimento popular?” (FÁVERO, 2006, p. 111). A resposta é oferecida quando se reafirma que o MEB merecia a confiança da população rural “*por ser ligado à Igreja*, e pela identificação que seus agentes conseguiam com os monitores e líderes, o questionamento

que fazia das injustiças e da exploração, que aliás eram vividas e sentidas, tinha a força de uma denúncia” (FÁVERO, 2006, p. 197, grifo nosso). Tudo indica que as dificuldades desses agentes residiam, além do *quantum* de consciência possível que alcançavam naquele momento, no fato de que o movimento constituído no interior da estrutura eclesial não poderia criar comunidades “suspensas”, acima da realidade social. Tanto os agentes quanto o “povo”, com o qual aprenderam e se comprometeram, estavam mergulhados no processo de superação do senso comum. Na atualidade, por falta de percepção histórica e teórica, essas lições não foram aprendidas.

Merecem reflexão as recentes propostas e ações de instâncias governamentais responsáveis por encontrar caminhos para a reforma agrária e para o apoio aos agricultores familiares, com características plurais, inclusive com a perspectiva de inovar a assistência técnica e extensão rural a ser oferecida, fortalecendo o seu caráter educativo e dialógico. Infelizmente, elas vêm sendo registradas na memória como um amontoado de descompasso, desencontros e desconhecimento tanto das particularidades e especificidades quanto do contexto histórico. Avanços há, mesmo que duvidosos. Entretanto, falta aos formuladores e operadores das políticas públicas voltadas para os segmentos empobrecidos o domínio da história, especialmente o estudo de experiências já vividas neste País. Nenhuma revolução social no futuro, próximo ou distante, poderá ser feita se a história passada não for conhecida. Nesse caso, não se tratará nem mesmo de falseamento, mas de desinformação, despreparo, irresponsabilidade.

A esse propósito, vale a pena relembrar a observação de Marx (1974, p. 335), no livro *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, segundo a qual os fatos de grande importância da história ocorrem na primeira vez como tragédia e na segunda como farsa, para em seguida explicar:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontaram diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada. (MARX, 1974, p. 335).

Mais adiante, ao mencionar o desafio de sua época, sentenciou:

A revolução social do século XIX não pode tirar sua poesia do passado, e sim do futuro. Não pode iniciar sua tarefa enquanto não se despojar de toda veneração supersticiosa do passado. As revoluções anteriores tiveram que lançar mãos de recordações da história antiga para se iludirem quanto ao próprio conteúdo. A fim de alcançar seu próprio conteúdo, a revolução do século XIX deve deixar que os mortos enterrem seus mortos. (MARX, 1974, p. 337).

Nem mesmo com a insistente repetição de discursos maniqueístas, conseguem obter eficácia para elevar intelectualmente as massas. A repetição dos argumentos contra o agronegócio poderia reforçar a lógica dos intelectuais orgânicos dos movimentos sociais de luta pela terra, considerando-se ser esse um recurso didático eficaz.

Entretanto, o que se repetem são noções de senso comum, julgadas empecilhos à elaboração crítica para a construção de uma nova concepção de mundo consciente, especialmente pelo seu caráter doutrinário. Essas noções revelam um pensamento dogmático válido em todos os tempos, por meio do qual se julga todo o passado que se quer ver transposto no presente. Do mesmo modo, os investimentos do MST em processos educativos não mereceriam retoques, não fosse ela uma formação que não supera o senso comum em que todos estão mergulhados.

O partido político que, se admite, tem apoiado esses movimentos, do mesmo modo não conseguiu desempenhar a função que lhe é atribuída na perspectiva gramsciana. Embora se possa admitir que esse partido tenha elaborado sua categoria de intelectuais orgânicos, no campo político, tem sido incapaz de elaborar os próprios elementos do grupo social “econômico” para transformá-los em intelectuais qualificados. É possível considerar que desde a sua criação, tenha sido articulada uma “guerra de posição”, para que pudesse ocupar gradativa e taticamente posições nas estruturas estatais, especialmente na sociedade civil. No entanto, a história mais recente e a frustração dos próprios intelectuais orgânicos ante a capacidade dirigente desse partido, quando ocupa estruturas fundamentais do Estado, mais uma vez demonstra que, sem a superação do senso comum, de nada vale empreender essa tática.

O evidente despreparo dos quadros administrativos para assumir e promover tarefas indispensáveis para a



transformação da lógica hegemônica, especialmente porque informados por uma visão maniqueísta de sociedade, faz com que reproduzam antigas e velhas práticas que condenavam. Além do que foi dito linhas atrás sobre o despreparo dos formuladores e operadores das políticas públicas, havendo exceções que confirmam a regra, no tocante aos assentamentos, por exemplo, é decepcionante que as metas e avaliações governamentais tenham caráter quantitativo e não qualitativo, como se esperava, para reverter a situação de pobreza e miséria de suas populações. Não seriam esses os exemplos mais evidentes da incorporação acrítica de uma concepção de mundo imposta pelo mundo exterior?

Sem que se negue a contradição, categoria fundamental de compreensão da lógica capitalista, não se pode imaginar que a “realidade do agronegócio” deixe de denotar relações que se estabelecem entre classes que, apesar de possuírem concepções de mundo antagônicas e de apropriarem-se diferentemente da riqueza social, têm nos negócios da agricultura um *loci* de cooperação. O problema não está no uso da palavra “agronegócio”, como se disse de caráter descritivo, mas na complexidade das relações que são engendradas sob essa rubrica. E deve-se insistir que a apropriação ideológica do termo, sobre a qual se sustentaria o combate ao agronegócio, não justifica o gasto de tanta munição teórica, seja qual for a matriz, pelo simples fato de que a realidade concreta e, no campo científico, a concepção que associa o agronegócio apenas à agricultura patronal não merecem qualquer crédito.

Para muitos intelectuais vinculados a vários movimentos sociais, “linguagem é poder”; por isso, haveria a necessidade de ser travado um combate nesse nível. Também insistem em que sejam analisados em suas “especificidades”. Nesse caso, para os movimentos que lutam pela terra é válida a ponderação de Coutinho.

Temos que imaginar hoje o seguinte: talvez não se trate mais de construir ‘o’ sujeito revolucionário, mas de construir uma intersubjetividade revolucionária, ou seja, um conjunto de sujeitos que são plurais e diferentes, mas que convergem e se unificam na luta contra o capital. Por quê? O movimento feminista vai brigar pelos direitos iguais para homens e mulheres, o movimento dos *gays* e das lésbicas vai brigar pelo direito civil à livre orientação sexual; o movimento negro vai brigar pela sua capacidade de influir na sociedade brasileira e ser respeitado na sua especificidade. Tudo isso é justo e progressista. Ora, mas tudo isso, se encaminhado mal, pode levar a uma nova forma de corporativismo selvagem, de tipo americano. Se cada um desses movimentos brigar apenas pela sua diferença e não por aquilo que une, nós vamos ter certamente um multiculturalismo muito simpático, mas que, em última instância, não é mais do que uma nova forma de reprodução do corporativismo neoliberal. Desculpem-me as feministas, os *gays* e lésbicas, os negros: esses movimentos são extremamente válidos, mas eles precisam ter a dimensão ético-política da universalidade. (COUTINHO, 2002, p. 38).

Que se respeite a escolha de quem toma a disputa no plano da linguagem como prioritária, mas continua pertinente o ponto de partida analítico recomendado por Marx e Engels (1986), explicitado no combate ao idealismo:

[...] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir desse processo de vida real, expõe-se

Ana Lúcia E. F. Valente

também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. E mesmo as formações nebulosas no cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo de vida material, empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. (MARX; ENGELS, 1986, p. 37).

A propósito da extração de conceitos dos corpos teóricos de origem e do seu livre manejo, que caracteriza a prática eclética, é pertinente a recomendação de Gramsci (1989, p. 180-181, 2001, p. 128-129), que diz que “identidade de termos não significa identidade de conceitos”. Para ele, é preciso “recorrer às fontes culturais para determinar o valor exato dos conceitos, já que, sob um mesmo chapéu, podem estar diferentes cabeças”.

Disso decorre a questão: haveria possibilidade de imprimir ao termo “agronegócio” um outro significado? Os argumentos apresentados formam a convicção de que não é possível encontrar respaldo teórico sólido nessa idéia para a compreensão do momento em que vivemos. Eles oferecem a dimensão dos problemas metodológicos que podem ser percebidos na formação de intelectuais orgânicos dos movimentos sociais vinculados ao campo, quando procuram fazê-lo.

Admitindo-se que as teorias norteiam o olhar do pesquisador, tais argumentos sinalizam que esses intelectuais: a) abandonam a teoria, o que resulta na produção de estudos epistemologicamente ingênuos; b) praticam o ecletismo ou fazem “salada” de conceitos de origem teórica plural, sem qualquer preocupação quanto aos seus compromissos, por isso contraditória e inadvertidamente fazem a apologia do capital; c) produzem textos confusos e análises desconexas e incoerentes que

caracterizam o pós-modernismo; d) não relativizam a perspectiva relativista, apenas atenta às especificidades ; e) são expostos à “síndrome do próprio umbigo”<sup>17</sup>. Por isso, a eles faltarão interlocutores no mundo acadêmico, em particular, e na sociedade civil, em geral, o que, do ponto de vista prático, não é exatamente uma boa tática de convencimento, de busca de aliados e de transformação social. A mesma afirmação não se pode fazer de outras bandeiras de luta dos movimentos sociais no campo, como contra o trabalho escravo, a impunidade, a violência, o desrespeito aos direitos humanos e ao meio ambiente, visto que possuem a dimensão da universalidade<sup>18</sup>.

Por fim, talvez se pudesse cogitar que o respaldo teórico-prático reclamado para sustentar o combate ao agronegócio encontre-se no “núcleo sadio” do senso comum dos movimentos sociais que lutam pela terra, mas há um termo melhor: latifúndio e seus sinônimos – grande propriedade, monocultura. Porém, também considerada a importância econômica e social da monocultura para o crescimento do País, mais uma vez a oposição defendida coloca-se ante um dilema positivista simplificador ao estilo do “isso ou aquilo”.

---

<sup>17</sup> Negação do conhecimento considerado “teórico”, por oposição ao “saber popular”, como se a prática bastasse por si, numa forma derivativa da rejeição dos ‘de fora’ e do ‘basismo’ presente em todos os movimentos sociais: uma reação à divisão do trabalho manual e intelectual e conseqüente divisão hierárquica entre os que tomam decisões e os que as executam. Na maioria das vezes, essa síndrome caracteriza a luta pelo monopólio do poder e pelo controle das decisões. (VALENTE, 1994, p. 128-129).

<sup>18</sup> Diferentemente do discurso contra o agronegócio, essas “bandeiras” possuíam eficácia simbólica na perspectiva do antropólogo Lévi-Strauss (1975), para quem é o público, a coletividade que legitima ou não os modos de pensar. (VALENTE, 2006).

A realidade da expansão no campo brasileiro impõe-se como argumento conclusivo. O desempenho da agricultura patronal, no período recente, tem sido extremamente favorável em termos de exportação e produção de divisas, inclusive com ganhos expressivos de produtividade. Os números sinalizam que, sem essa contribuição, o Brasil teria sérios problemas de balanço de pagamentos. Considerando a intensificação da urbanização, o tamanho do País e a imensa disponibilidade de terras agricultáveis, a tese do MST é ilógica e problemática sob o ponto de vista político, deixando de lado outros aspectos propriamente ideológicos. Assim, não parece ter chances históricas de se materializar a idéia de “destruição do agronegócio”. Restam as perguntas: por que os intelectuais orgânicos dos movimentos sociais do campo precisam de palavra “nova” para explicitarem a sua oposição? Foram esses movimentos que delegaram aos seus “porta-vozes” a tarefa de conferirem poder a essa palavra ou reinvestem-se de poder para banalizar uma discussão distante da realidade vivida pelos movimentos que pretendem representar? Qual é a “tática” de tentar imprimir-lhe um significado que originalmente não possui? Esse é o caso do termo “agronegócio”. Opô-lo a agricultura familiar, deve-se reiterar, é uma falsa questão teórica; mas toma a aparência de justificativa científica, que promove a manutenção do senso comum e a defesa da perspectiva dogmática superada pela história, no interior do marxismo. E se desdobra num equívoco político, sobretudo se nenhuma tática houver, além da retórica de mobilização, que está em crise.

## Conclusão

---



a perspectiva defendida neste texto, não há qualquer problema no uso da palavra “agronegócio”, de caráter descritivo, mas sim na complexidade das relações que são engendradas sob essa rubrica. Essa complexidade logo se evidencia: comporta relações humanas, objetivas e subjetivas, da produção ao consumo, numa sociedade marcada por contradições. Entre essas contradições a particularidade da agricultura assentada em base natural e avessa a processos capitalistas de produção, contudo desempenhando papel decisivo nesses mesmos processos.

Atualmente, vem sendo estabelecido o consenso de que as atividades desenvolvidas ao longo da cadeia produtiva – tanto patronais quanto familiares – são complementares. Entretanto, embora pareçam vencidas as velhas polarizações sociais fundadas na suposição da luta de classes, por sua dispersão e pelo poder de recriação e de reinvenção do capitalismo, o conceito de classes não se transformou em epifenômeno. Por essa razão, impõe-se estudar o que aproxima e o que afasta aqueles que se inserem no agronegócio, marcados pela diferença. É a partir da constatação de que se trata de segmentos que possuem acesso diferenciado à riqueza material e espiritual que se pode reclamar por distintas políticas públicas de apoio às atividades agrícolas e não agrícolas que desenvolvem. Embora se pautem ou estejam interessados no processo no qual ambos estão implicados – da produção ao consumo – também sua inserção ali é diferente e desigual.

Dessa maneira, aqueles que defendem a oposição do agronegócio à agricultura familiar vêm conduzindo um debate, em síntese, desprovido de razão, de bom senso – o mínimo que se espera de uma reflexão sistematizada –, e pior, confuso e sem direção. No entanto, mesmo se tratando de uma falsa questão que negligencia a complexidade da dinâmica social, pois pretende enunciá-la valendo-se de maniqueísmos, não se pode negar a participar de um debate que se coloca como pertinente para alguns. Essa é uma maneira de reafirmar posições teóricas e políticas, sobretudo quando está em jogo a formação acadêmica de muitos.

Um dos autores que tem feito um esforço sistemático para apreender o movimento de expansão mundial do capitalismo, designado como globalização, Chesnais (1996, p. 43) dirige sua reflexão “àqueles cujo primeiro reflexo não é o de submeter-se à ordem ‘tal como é’, e sim procurar compreendê-la e discutir sobre ela, para eventualmente esboçar caminhos diferentes dos que nos foram impostos”. Para ele, essa é a função do intelectual, mais necessária do que nunca.

A transcrição dos parágrafos finais, apesar de longa, justifica-se. Ali esse autor afirma que seu livro não é otimista:

[...] a força reconquistada pelo capitalismo revela o impasse histórico a que a humanidade foi levada pelo curso seguido pela histórica política e social do século XX, depois de cinquenta anos de triunfo do “socialismo real” [...]. Não sendo otimista, a análise que apresentamos sugere que as formas assumidas pela mundialização, especialmente a força e a autonomia conquistadas pelo capital monetário, deixam pouca margem para soluções reformistas: tanto para as retomadas de atividade através da demanda e alguns salpicos

de medidas sociais, como para as medidas contra o desemprego, às quais o capital pode atualmente fugir, graças à sua mobilidade.

A superação do modo de produção capitalista também não poderá se dar prolongando e melhorando o modo de desenvolvimento fordista. Já relacionamos as razões para tanto, mas o “socialismo real”, destruidor de homens, destruidor de esperanças e razões de lutar e destruidor da natureza, forneceu a mais cruel caricatura dos resultados a que se chega por essa via. No entanto, sob formas que será necessário inventar, *integrando todas as lições da histórica deste século*, é difícil ver como a humanidade poderia prescindir de medidas de expropriação do capital. Pode ser, evidentemente, que mais uma vez estejamos subestimando a flexibilidade do modo dominante e a capacidade dos que governam. Pode ser que os acontecimentos não nos dêem razão, mas, para tomar alguns objetivos evidentes, duvidamos que os Estados do G7 restabeçam, em breve, seu controle sobre os mercados financeiros e os submetam a uma regulação restrita, ou que proclamem o cancelamento da dívida do Terceiro e do Quarto Mundo, ou que as empresas da ampla maioria dos países da OCDE aceitem, por simples efeito de persuasão intelectual, adotar a semana de 35 ou de 30 horas, ou ainda que sejam levantados os fundos necessários para reverter radicalmente o movimento de “guetização” das cidades operárias construídas na década de 60. (CHESNAIS, 1996, p. 320-321, grifo do autor).

Retoma-se, assim, a importância do intelectual para compreender a lógica social sob a qual se vive e as lições da história. Essa é a condição para que sejam inventados caminhos diferentes para a superação dessa lógica. A mesma posição indicou Gramsci, que inspirou algumas das reflexões apresentadas neste texto sobre a polêmica agronegócio versus agricultura familiar.

Ante a importância do papel que se espera do intelectual, é difícil aceitar discussões banalizadas que se estabelecem no plano da linguagem, capazes de colocar sob suspeita o domínio de informações sobre o contexto



atual de que dispõem aqueles que enveredam nessa direção. Também são condenáveis o descaso com o conhecimento obtido ao longo de muitos anos em trabalhos científicos de pesquisa e a destruição de equipamentos de laboratórios, de sementes, de materiais que permitem essas investigações. Essas ações têm recebido o apoio de intelectuais e são por eles consideradas manifestações legítimas do descontentamento de movimentos sociais do campo com a maneira como vem sendo tratada a questão agrária no País.

Não é crível que a “expropriação do capital” se dará dessa maneira. Admitindo-se que o futuro da agricultura familiar está atrelado ao próprio futuro da pesquisa agropecuária, são informações e conhecimentos acumulados que permitem a elaboração de estratégia de transformação e táticas conseqüentes e possibilitam o reconhecimento de aliados e opositores, conjuntural e estruturalmente. Sem elas, o futuro imaginado estará num horizonte cada vez mais distante.

Para finalizar, deve-se reconhecer que os intelectuais criticados neste texto têm buscado enfrentar questões práticas imediatas dos movimentos aos quais estão vinculados. Talvez em razão disso e da dinâmica de discussão na maioria das organizações da sociedade civil, que funciona como caixa de ressonância para a unificação do discurso, quase sempre apologético – as mesmas pessoas falando sempre as mesmas coisas para as mesmas pessoas –, pouco de seu tempo possa ser dedicado ao debate teórico acadêmico plural. Na perspectiva da indissociabilidade entre teoria e prática isso é grave, pois pode conduzir ao “erro”, sempre passível

de ser reavaliado, desde que assim se queira. Em contrapartida, a liberdade garantida pela ausência de compromissos pessoais e político-partidários com esses intelectuais permite o “estranhamento” de situações, ao implicar o desligamento emocional necessário com a familiaridade obtida pela convivência e mútua socialização. Essa é prática corrente no ofício dos antropólogos. É na condição de quem milita na Academia que se pode oferecer essa contribuição.

## Referências

---



ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

ABRAMOVAY, R. É necessário cobrar resultados de assentados: pesquisador defende lógica empreendedora da agricultura familiar para os assentamentos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 dez. 2003. Nacional, p. 7. Entrevista.

ALVES, G. L. **Discursos sobre educação no campo**: ou de como a teoria pode colocar um pouco de luz num campo muito obscuro. Campo Grande, MS: Uniderp: Fundação Manoel de Barros, 2005.

ARRUDA, R. Ruralistas pedem apoio à agricultura familiar em vez de reforma agrária. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 abr. 2007. Disponível em: < <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/48938/1/noticia.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2007.

BOURDIEU, P. **Ce que parler veut dire**. Paris: Fayard, 1982.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. Grupo de Trabalho Ater. **Política nacional de assistência técnica e extensão rural**: versão final. Brasília, DF: MDA, 2004.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA-LASCOUX, J. Citoyenneté et multiculturalisme. In: HILY, M. A.; LEFEBVRE, M. L. (Dir.). **Identité collective et altérité**: diversité des espaces/spécificité des pratiques. Paris: L'Harmattan, 1999. p. 53-76.

COUTINHO, C. N. A democracia na batalha das idéias e nas lutas políticas do Brasil de hoje. In: FÁVERO, O.; SEMERARO, G. (Org.). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 11-39.

CRESTANA, S.; SOUSA, I. S. F. Introdução. In: SOUSA, I. S. F. (Ed.). **Agricultura familiar na dinâmica da pesquisa agropecuária**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. p. 11-23.

DAVIS J.; GOLDEBERG, R. The genesis and evolution of agribusiness. In: DAVIS J.; GOLDEBERG, R. **The nature of agribusiness**. Massachusetts: Harvard University, 1957. p. 4-6.

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 157-172, set./dez. 2001.

DELGADO, G. C. **O agronegócio**: realidade e fantasia rondando o país. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/enev/docs/agronegocio.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2005.

FÁVERO, O. **Uma pedagogia da participação popular**: análise da prática do MEB/Movimento de Educação de Base (1961/1966). Campinas, SP: Autores Associados, 2006. 304 p. (Coleção Educação Contemporânea).

FERNANDES, B. M.; RAMALHO, C. B. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP). **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, dez. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300018&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300018&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 23 mar. 2007.

FERNANDES, B. M. Oportunismo e terrorismo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 jun. 2006. Fórum de leitores.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRAMSCI, A. **Literatura e vida nacional**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1986.

GRAMSCI, A. **A questão meridional**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

GRAMSCI, A. **Cartas do cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987b.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 1 v.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. 2. ed. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JANK, M. S. Revendo as políticas agrícola e agrária. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 4 out. 2006. Espaço Aberto, p. A2. Disponível em: < <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/52882/1/noticia.htm> >. Acesso em: 23 mar. 2007.

JANK, M. S. Etanol: mitos, exageros e preconceitos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 mar. 2007. Espaço aberto, p. A42. Disponível em: < <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/49864/1/noticia.htm> >. Acesso em: 23 mar. 2007.

LÉVI-STRAUSS, C. O feiticeiro e sua magia. In: LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975, p. 193-213.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**: estudos de dialética marxista. 2. ed. Rio de Janeiro: Elfos; Portugal: Escorpião, 1989.

LYOTARD, J. F. **O pós-moderno**. 2. ed. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MARCUS, G. E. O que vem (logo) depois do “pós”: o caso da etnografia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 7-33, 1994.

MARTINS, J. de S. Situação de risco para as ciências. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 out. 2007, p. J5.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. 1. ed. São Paulo: Abril, 1974. (Coleção Os Pensadores, v. 35).

MARX, K. **O capital**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 1-2 v.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Moscou: Edições Progresso, 1987.

NAVARRO, Z. Comédia agrária. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 abr. 2007. p. A3 Disponível em: <<http://www.ids.ac.uk/UserFiles/File/Archive/fsp.doc>>. Acesso em: 23 abr. 2007.

NUNES, A. L. Negócios de bandidos e os interesses do povo. **A nova democracia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 33, fev. 2007. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/33/14.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2007.

OLIVEIRA, A. U. de. Quem sabe faz a hora não espera acontecer: o MST como movimento socioterritorial moderno. **Revista da USP**, São Paulo, n. 64, p. 156-172, dez./jan./fev. 2004-2005.

PORTELLI, H. **Gramsci e a questão religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1984.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. Introdução. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **Diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 7-12.

SILVA, J. G. da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 37-50, set./dez. 2001.

SILVA, J.; BALSADI, O.; SOUSA, I.; GUEDES, V. A pesquisa agropecuária e o futuro da agricultura familiar. In: SOUSA, I. S. F. de (Ed.). **Agricultura familiar na dinâmica da pesquisa agropecuária**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. p. 397-407.

SOUSA, I. S. F. de (Ed.). **Agricultura familiar na dinâmica da pesquisa agropecuária**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

SOUSA, I. S. F.; SILVA, J. de S. Agricultura familiar e tecnologia. In: SOUSA, I. S. F. de (Ed.). **Agricultura familiar na dinâmica da pesquisa agropecuária**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. p. 25-36.

TOTTI, P. A silenciosa revolução movida a crédito. **Valor Econômico**, São Paulo, 11 abr. 2007. Especial, p. A18.

VALENTE, A. L. E. **O negro e a igreja católica**: o espaço concedido, um espaço reivindicado. Campo Grande, MS: UFMS - CECITEC, 1994.

VALENTE, A. L. E. F. Renovação analítica do 'novo rural' e o ecletismo metodológico. **Cadernos do CEAM**, Brasília, v. 25, p. 33-59, 2006.

VEIGA, J. E. da V. **Cidades imaginárias**. Campinas: Autores associados, 2002.

VEIGA, J. E. da V. Muita fantasia sobre um único assunto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jan. 2004. Dinheiro, p. B2.

VEIGA, J. E. da V. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

Ana Lúcia E. F. Valente

VELHO, O. Relativizando o relativismo. **Novos estudos Cebrap**, São Paulo, n. 19, p. 120-130, mar. 1991.

ZYLBERSZTAJN, D. Ensino, pesquisa e consultoria nos agronegócios: as múltiplas linguagens do profissional dos agronegócios. In: PINAZZA, L. A.; ALEMANDRO, R. (Org.). **Reestruturação no agribusiness brasileiro**. Rio de Janeiro: Abag, 1999. p. 95-110.

WOLFFENBÜTTEL, A. Entrevista Ignacy Sachs. **Desafios do desenvolvimento**, Brasília, n. 3, p. 10-15, 2007.

## Títulos lançados

---



### 1998

Nº 1 – A pesquisa e o problema de pesquisa: quem os determina?  
*Ivan Sergio Freire de Sousa*

Nº 2 – Projeção da demanda regional de grãos no Brasil: 1996 a 2005  
*Yoshihiko Sugai, Antonio Raphael Teixeira Filho, Rita de Cássia Milagres Teixeira Vieira e Antonio Jorge de Oliveira,*

### 1999

Nº 3 – Impacto das cultivares de soja da Embrapa e rentabilidade dos investimentos em melhoramento  
*Fábio Afonso de Almeida, Clóvis Terra Wetzel e Antonio Flávio Dias Ávila*

### 2000

Nº 4 – Análise e gestão de sistemas de inovação em organizações públicas de P&D no agronegócio  
*Maria Lúcia D'Apice Paez*

Nº 5 – Política nacional de C&T e o programa de biotecnologia do MCT  
*Ronaldo Mota Sardenberg*

Nº 6 – Populações indígenas e resgate de tradições agrícolas  
*José Pereira da Silva*

### 2001

Nº 7 – Seleção de áreas adaptativas ao desenvolvimento agrícola, usando-se algoritmos genéticos  
*Jaime Hidehiko Tsuruta, Takashi Hoshi e Yoshihiko Sugai*

Nº 8 – O papel da soja com referência à oferta de alimento e demanda global  
*Hideki Ozeki, Yoshihiko Sugai e Antonio Raphael Teixeira Filho*

Nº 9 – Agricultura familiar: prioridade da Embrapa  
*Eliseu Alves*

Nº 10 – Classificação e padronização de produtos, com ênfase na agropecuária: uma análise histórico-conceitual  
*Ivan Sergio Freire de Sousa*



**2002**

Nº 11 – A Embrapa e a aqüicultura: demandas e prioridades de pesquisa

*Júlio Ferraz de Queiroz, José Nestor de Paula Lourenço e Paulo Choji Kitamura (Eds.)*

Nº 12 – Adição de derivados da mandioca à farinha de trigo: algumas reflexões

*Carlos Estevão Leite Cardoso e Augusto Hauber Gameiro*

Nº 13 – Avaliação de impacto social de pesquisa agropecuária: a busca de uma metodologia baseada em indicadores

*Levon Yeganiantz e Manoel Moacir Costa Macêdo*

Nº 14 – Qualidade e certificação de produtos agropecuários

*Maria Conceição Peres Young Pessoa, Aderaldo de Souza Silva e Cilas Pacheco Camargo*

Nº 15 – Considerações estatísticas sobre a lei dos julgamentos categóricos

*Geraldo da Silva e Souza*

Nº 16 – Comércio internacional, Brasil e agronegócio

*Luiz Jésus d'Ávila Magalhães*

**2003**

Nº 17 – Funções de produção – uma abordagem estatística com o uso de modelos de encapsulamento de dados

*Geraldo da Silva e Souza*

Nº 18 – Benefícios e estratégias de utilização sustentável da Amazônia

*Afonso Celso Candeira Valois*

Nº 19 – Possibilidades de uso de genótipos modificados e seus benefícios

*Afonso Celso Candeira Valois*

**2004**

Nº 20 – Impacto de exportação do café na economia do Brasil – análise da matriz de insumo-produto

*Yoshihiko Sugai, Antônio R. Teixeira Filho e Elisio Contini*

Nº 21 – Breve história da estatística

*José Maria Pompeu Memória*

Nº 22 – A liberalização econômica da China e sua importância para as exportações do agronegócio brasileiro  
*Antônio Luiz Machado de Moraes*

**2005**

Nº 23 – Projetos de implantação do desenvolvimento sustentável no plano plurianual 2000 a 2003 – análise de gestão e política pública em C&T  
*Marlene de Araújo*

**2006**

Nº 24 – Educação, tecnologia e desenvolvimento rural – relato de um caso em construção  
*Elisa Guedes Duarte, Vicente G. F. Guedes*

**2007**

Nº 25 – Qualidade do emprego e condições de vida das famílias dos empregados na agricultura brasileira no período 1992–2004  
*Otávio Valentim Balsadi*

Nº 26 – Sistemas de gestão da qualidade no campo

*Vitor Hugo de Oliveira, Janice Ribeiro Lima, Renata Tieko Nassu, Maria do Socorro Rocha Bastos, Andréia Hansen Oster e Luzia Maria de Souza Oliveira*

**2008**

Nº 27 – Extrativismo, biodiversidade e biopirataria na Amazônia  
*Alfredo Kingo Oyama Homma*

Nº 28 – A construção das alegações de saúde para alimentos funcionais  
*André Luiz Bianco*



*Impressão e acabamento*  
***Embrapa Informação Tecnológica***

